



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

KAWANNI DOS SANTOS GONÇALVES

**DE “CADEIÃO” A CENTRO CULTURAL LONDRINENSE:
PROCESSO DE RESSIGNIFICAÇÃO DE UM EDIFÍCIO HISTÓRICO**

Londrina
2017

KAWANNI DOS SANTOS GONÇALVES

**DE “CADEIÃO” A CENTRO CULTURAL LONDRINENSE:
PROCESSO DE RESSIGNIFICAÇÃO DE UM EDIFÍCIO HISTÓRICO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cláudia Eliane Parreiras Marques Martinez

Londrina
2017

KAWANNI DOS SANTOS GONÇALVES

**DE “CADEIÃO” A CENTRO CULTURAL LONDRINENSE:
PROCESSO DE RESSIGNIFICAÇÃO DE UM EDIFÍCIO HISTÓRICO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de História da Universidade
Estadual de Londrina, como requisito parcial à
obtenção do título de Licenciado em História.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^a. Dr^a. CLÁUDIA ELIANE P.
MARQUES MARTINEZ
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. EDSON JOSÉ HOLTZ LEME
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. MARCO ANTONIO NEVES SOARES
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, _____ de _____ de _____.

AGRADECIMENTO (S)

Agradeço, em primeiro lugar, a meus pais e a todos os inúmeros membros da minha família, que amo infinitamente, pelos valores ensinados no percurso de meus vinte e cinco anos. Em especial, agradeço também àqueles que me apoiaram e acreditaram nessa graduação, sobretudo meu esposo, Matheus Henrique, minha irmã, meu pai e minha sogra, sempre muito presentes.

À minha professora e orientadora Dra. Cláudia Martinez, por sua excelente orientação, amizade e paciência no decorrer da execução desta monografia. Agradeço a todos os professores que participaram da minha formação acadêmica, com destaque para o professor Dr. Marco Antônio Soares, que acompanhou nossa turma nos últimos dois anos na disciplina de metodologia de pesquisa, contribuindo com bibliografias e críticas ao presente trabalho. Também às secretárias do departamento de História, Celina e Fumiko, por todo o auxílio e boa vontade que sempre apresentaram no exercício de seu ofício.

Agradeço a minhas amigas na graduação, Amanda Chiareli, Giovana Maria Martins, Maria de Fátima Fernandes, Mayara Baldin e Thuany Danielly, por sua cumplicidade e parceria indescritível. Aos meus demais colegas de História UEL, embora nem sempre próximos, todos especiais e inesquecíveis para mim, cada um a sua maneira. Também agradeço a minhas amigas de longos anos, Aline Ehara, Danieli Palhano, Mariana Meneses, Mariane Gradim, Marisa Mitiko, Natália Cípola, Tayrine Bovo e Sarah Rezende, por sua fidelidade, apesar das distâncias e de minha ausência nos últimos meses.

Finalmente, gostaria de agradecer aos coordenadores, supervisores e colegas do PIBID, pela troca de experiências dos últimos anos. Também agradeço a toda equipe técnica e aos estagiários do Museu Histórico de Londrina, por todo o carinho e aprendizado durante os dois anos em que participei de projetos no espaço, e que me levaram à temática do patrimônio, expressa neste trabalho final de graduação.

GONÇALVES, Kawanni dos Santos. **De “Cadeião” a centro cultural londrinense: processo de ressignificação de um edifício histórico.** 2017. 66f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

RESUMO

Nós últimos anos, experienciamos a expansão constante de bens patrimonializados. Questiona-se, então, a valoração de nossos patrimônios. O que é, de fato, significativo para uma comunidade? De que modo e por que preservar determinados bens? Na esteira dessas indagações, a presente monografia estuda o Sesc Cadeião Cultural de Londrina, “lugar de memória” da antiga cadeia pública da cidade (1939-1994). Assim, explicitamos as memórias relativas ao período de funcionamento do popular “Cadeião” por meio da análise do jornal “Folha de Londrina” (dez./1993 à abr./1994) e de questionários aplicados a visitantes do Sesc Cultural e a trabalhadores de sua região de entorno. Constatamos que as memórias relacionadas ao Cadeião são, sobretudo, negativas. Nosso objetivo é compreender em que medida tais impressões influenciaram no desejo de demolir o edifício da cadeia, expressado pela maioria da população no evento que denominamos “episódio de 1994”. Questionamos também se aquelas memórias influenciam nas opiniões a respeito do Sesc Cultural — o Cadeião revitalizado em 2014. Diante dessas “lembranças sombrias” e do anseio por esquecimento que envolveu nosso objeto, é legítimo considerar o Sesc Cadeião patrimônio de Londrina? Discorreremos a respeito dessa problemática sob as considerações da história do tempo presente e, portanto, das demandas sociais que nossa contemporaneidade traz, como a preponderância do “dever de memória” sobre a “anistia” de grupos hegemônicos sociais. Assim, a preservação de memórias do Cadeião através do Sesc Cultural, com suas trágicas experiências no tempo, é tanto necessária quanto essencial, principalmente mediante a crise que vislumbramos há anos no sistema carcerário brasileiro.

Palavras-chave: História do tempo presente. Sesc Cadeião Cultural. “Patrimônio sombrio”. Dever de memória.

GONÇALVES, Kawanni dos Santos. **From "Cadeião" to the cultural center of London:** process of re-signification of a historic building. 2017. 66 sheets. Course Completion Work (Graduation in History) - State University of Londrina, Londrina, 2017.

ABSTRACT

In recent years, we have experienced the mild expansion of patrimonial assets. Then we questioned the authenticity of our patrimony. What is, in fact, meaningful to a community? In what way and why preserve certain assets? In the wake of these inquiries, the present monograph studies the Sesc Cultural Cadeion of Londrina, "place of memory" of the old public jail of the city (1939-1994). Thus, we explain the memoirs related to the period of operation of the popular "Cadeião" through the analysis of the newspaper "Folha de Londrina" (Dec./1993 to Apr./1994) and questionnaires applied to SESC Cultural visitors and your surrounding region. We find that the memories related to the Cadeion are mainly negative. Our goal is to understand how these impressions influenced in desire to demolish the chain building, expressed by the majority of the population in the event we call "the 1994 episode." We also questioned whether those memories influence the opinions about SESC Cultural - the Cadeião revitalized in 2014. In the face of these "gloomy memories" and the longing for oblivion that involved our object, is it legitimate to consider Sesc Cadeião patrimony of Londrina? We discuss this problem under the considerations of the history of the present time and, therefore, of the social demands that our contemporaneity brings, as the preponderance of the "duty of memory" on the "amnesty" of social hegemonic groups. Thus, the preservation of Cadeião's memories through the SESC Cultural, with its tragic experiences in time, is both necessary and essential, especially through the crisis we have seen for years in the Brazilian prison system.

Key words: History of the present time. Sesc Cultural Cadeião. "Shady heritage". Duty of memory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 – “Velha cadeia”, Milton Dória.....	15
Imagem 2 – Sesc Cadeião Cultural, Rubem Vital.....	16
Imagem 3 – Parede original do Cadeião, protegida com vidro emoldurado.....	50
Imagem 4 – Programação Sesc Cultural, trecho recortado.....	51
Imagem 5 – Solário.....	55

LISTA DE QUADROS/GRÁFICOS

- Quadro 1** – Entorno do Cadeião. Estabelecimentos presentes nos questionários...10
- Gráfico 1** – Memórias do “Episódio de 1994”, relativo à demolição do Cadeião.....32

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	09
2	MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DA ANTIGA CADEIA PÚBLICA DE LONDRINA	14
2.1	HISTÓRIA DO PRESENTE E A “FOLHA DE LONDRINA”	19
2.2	A “IMPRESA SENSACIONALISTA POPULAR”	22
2.3	28 DE MARÇO DE 1994. DEMOLIR OU PRESERVAR?	28
3	(RE)SIGNIFICAÇÕES DE UM PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL	35
3.1	O “CADEIÃO” E SEU ENTORNO	39
3.2	PATRIMÔNIO CULTURAL, ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	43
3.3	ANISTIA E O “DEVER DE MEMÓRIA”	47
3.4	SESC CULTURAL: RECONCILIAÇÕES, RESSIGNIFICAÇÕES	52
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
	REFERÊNCIAS	58
	APÊNDICES	
	APÊNDICE A – Pesquisa Aplicada — Sesc Cadeião Cultural, Londrina	63
	APÊNDICE B – Pesquisa Aplicada — Sesc Cadeião, Área de Entorno, Londrina	64
	ANEXOS	
	ANEXO A – <i>Folha de Londrina</i> 30.01.1994 — “Imprensa Sensacionalista Popular”	66

1 INTRODUÇÃO

Em 1939, inaugurou-se na cidade de Londrina uma cadeia pública em madeira, popularmente conhecida como “Cadeião”. Dois anos depois, através de custeio comunitário, essa construção foi reformada em alvenaria. Elaborada num período de vultosas expectativas no progresso, a cadeia foi desativada em janeiro de 1994 por suas “condições desumanas”. Apesar de seus longos anos em funcionamento, prevaleceram memórias de dor e sofrimento. Muitos desejavam sua demolição, um impasse ocorrido em março daquele ano, denominado aqui de “episódio de 1994”. Por vinte anos o “velho prédio” esteve desocupado, aguardando a concretização de inúmeros projetos que não se desenvolveram até que, em 2014, o Serviço Social do Comércio (Sesc) inaugurou o “Cadeião Cultural”. O objeto de nossa pesquisa é, portanto, o Cadeião de Londrina e sua transformação em 2014. Objetivamos avaliar as impressões deixadas pela antiga cadeia pública na memória dos atuais frequentadores do Sesc, bem como das pessoas do entorno, e analisar as considerações dessas pessoas a respeito do novo Sesc Cultural, argumentando, então, em que medida podemos considerá-lo patrimônio cultural londrinense, apesar de suas inúmeras memórias negativas.

A fim de cumprirmos nossos objetivos, nos pautamos em bibliografia diversificada, com autores de diferentes áreas como arquitetura, filosofia, sociologia e literatura. Dividimos o trabalho em dois capítulos e utilizamos duas fontes principais. Uma de nossas fontes é a “Folha de Londrina” de dezembro de 1993 a abril de 1994, através da qual analisaremos os discursos que envolveram a expectativa de demolição da antiga cadeia em 1994. A segunda fonte são os questionários aplicados aos visitantes do Sesc Cadeião e aos trabalhadores em sua área de entorno, os quais analisaremos as memórias a respeito daquele episódio, bem como dos anos de funcionamento do Cadeião. Nesses questionários consideramos também as opiniões a respeito da transformação desse espaço. São fontes secundárias a “Imprensa Oficial do Município de Londrina”, o “Plano Diretor De Preservação Do Patrimônio Cultural De Londrina” e os folders produzidos pelo próprio Sesc Cultural a respeito de suas programações.

Em relação às fontes entrevistadas, foram aplicados, entre agosto de 2016 e janeiro de 2017, trinta questionários com visitantes do Sesc Cultural e quatorze com trabalhadores do entorno. Por “entorno” consideramos os estabelecimentos mais

próximos da antiga cadeia pública, que se encontravam nas ruas Sergipe ou Brasil, conforme o quadro:

Quadro 1 - Entorno do Cadeião. Estabelecimentos presentes nos questionários

Rua Brasil	Rua Sergipe
Auto Elétrica Santa Marta;	Casa De Madeira - Residência;
Gv Multimarcas, Concessionária De Automotivos;	10ª SDP Londrina;
Estacionamento;	Advocacia Dr. Junior Nascimento;
Centro Automotivo Casa Do Freio;	Bar E Café Em Pe;
Salão De Beleza New Face;	GIROTEC, Assistência Técnica De Máquinas E Equipamentos Elétricos (Esquina);
Hamma Veículos, Revendedora E Concessionária;	Tecnogiro, Assistência Técnica Em Equipamentos De Jardinagem;
RONCARATTI - Alinhamento Técnico.	10ª SDP Londrina.

Entrevistamos uma pessoa por estabelecimento — com exceção da 10ª Subdivisão Policial (SDP), e esses entrevistados são, em sua maioria, adultos, com apenas um na adolescência e dois idosos. Quanto ao sexo, são oito homens e seis mulheres, com profissões variadas dentro dos comércios. Quanto à residência, apenas um entrevistado não é de Londrina, e 57,14% mora na própria região central da cidade. No quesito escolaridade, 57,14% possui superior incompleto, completo ou pós-graduação; 28,57% ensino médio completo e 14, 29% com fundamental incompleto.

Entre os trinta entrevistados frequentadores do Sesc Cultural, novamente, a maioria é adulto, com oito crianças entre pré-adolescente e adolescente, e dois idosos. Dezoito são mulheres e, portanto, doze homens. Quanto à residência, cinco entrevistados são de outras cidades, como Maringá e Ibiporã. Habitam na região central 33,3% dos entrevistados, os demais em regiões afastadas do Sesc Cultural. No que se refere à escolaridade, *60% apresenta escolaridade igual ou acima de superior incompleto*, 23,3% com ensino médio completo e 16,6% com fundamental completo ou incompleto. Uma vez que há oito crianças nos questionários do Sesc Cultural — estudantes com fundamental completo ou incompleto, portanto —, o público adulto majoritário entrevistado nesse espaço apresenta curso superior, ou seja, compõe uma categoria social específica.

A aplicação do questionário no Sesc Cultural exigiu diversas visitas, uma vez que o fluxo é ainda pequeno e seu maior público é constituído por crianças que participam das oficinas gratuitas ou das atividades pagas oferecidas pelo Sesc. Em suma, os entrevistados *dos quarenta e quatro questionários* são, portanto, adultos; a maioria chegou ao nível superior ou ao menos concluiu o ensino médio e possuem profissões das mais diversas, como pedreiro, comerciante, dona de casa, psicanalista, professor, empresário, investigador da polícia civil e, é claro, os estudantes. A respeito da análise das outras questões das fichas, discorreremos no desenvolvimento dos capítulos.

No capítulo um, nos dedicamos, primeiramente, a narrar o contexto do “episódio de 1994” a partir de escritores locais como Domingos Pellegrini, Denise Lezo e Leandro Magalhães. Em seguida, discutimos a “História do Presente”, ainda em desenvolvimento, e a imprensa “Folha de Londrina” como fonte para o historiador, destacando os trabalhos de Agnès Chauveau e Philippe Tetárt, e os jornalistas locais Marinósio Trigueiros Filho e Marinósio Trigueiros Neto. Finalmente, analisamos os discursos que marcaram o “episódio de 1994” a partir da “Folha de Londrina”, bem como suas possíveis influências nas opiniões sobre o edifício naquele momento e mesmo nos dias atuais — através das memórias dos entrevistados obtidas nos questionários, considerando-as “memórias traumáticas”. Para tanto, desenvolvemos os conceitos de “memória coletiva” e “ressentimento” em nossas argumentações, com os autores Maurice Halbwachs, Paul Ricoeur e Pierre Ansart.

No segundo capítulo, enfatizamos as opiniões de nossos entrevistados a respeito do Sesc Cultural. A princípio, discorreremos acerca do fenômeno do presentismo, a partir de François Hartog, e a expansão patrimonial — e suas consequências — como resultado desse presente “hipertrofiado”, com Pierre Nora e Françoise Choay. Em seguida, analisamos as políticas públicas de revitalização de áreas centrais, na esteira da arquiteta Márcia Sant’Anna, para, então, nos debruçarmos sobre a relação do Cadeião com seu entorno, por meio do trabalho de Denise Lezo e de discussões sobre identidade com Stuart Hall e Tomaz Tadeu da Silva. Por fim, iniciamos as discussões a respeito dos conceitos de patrimônio a partir das definições “oficiais” nas esferas federal e local, relacionando-as com estudos de Ulpiano Bezerra de Meneses, José Reginaldo Gonçalves, Paulo César Tomaz, Márcio Tavares Santos, Viviane Borges, entre outros. Abordamos as

pretensões democráticas assumidas pelas práticas patrimoniais mais recentes, em um contexto de “dever de memória” e de apelo à “justiça social”. E, em paralelo, discutimos os vínculos entre memória e esquecimento, e suas relações com o patrimônio, a partir de Joël Candau e, em especial, de Paul Ricoeur.

Os questionários aplicados (cujos modelos se encontram nos apêndices) tanto no entorno quanto no espaço do Sesc, foram suficientes para averiguarmos certo padrão nas memórias relativas ao Cadeião, que se assemelham aos discursos apresentados no recorte pesquisado da “Folha de Londrina”. As fichas também nos permitiram comparar as opiniões a respeito do atual Sesc Cultural entre os frequentadores do espaço e os trabalhadores das proximidades — que já o visitaram ou não, tecendo nossas considerações a respeito da memória e do esquecimento, delineando as configurações que hoje legitimam um bem patrimonial. A manutenção do patrimônio exige o reconhecimento da sociedade, que é também responsável por ele. A população mais próxima ao Cadeião pouco se interessa pelo espaço modificado e alguns, inclusive, não gostaram das mudanças. De que modo, assim, justificá-lo? O dever de memória é, certamente, imperativo nesse caso.

.

“Essa justiça que vela meu sono, eu a repudio, humilhada por precisar dela. Enquanto isso durmo e falsamente me salvo. Nós, os sonhos essenciais.”

(Clarice Lispector).

2 MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DA ANTIGA CADEIA PÚBLICA DE LONDRINA.

A Revista de História da Biblioteca Nacional, em sua edição comemorativa de 10 anos, outubro/2015, estampava em sua capa o título “Como nos tornamos o país da punição”. Entre os artigos inscritos na revista, há um “fórum” que versa sobre a temática “Encarcerar: ilusão penal ou necessidade social?”, na qual se expõe que o Brasil possui a quarta maior população carcerária do mundo e, apesar do aumento constante das prisões, a superlotação é fardo sempre presente nesses espaços. Tais dados se relacionam também às realidades locais, como a “velha” cadeia pública de Londrina, o popular “Cadeião”, onde hoje funciona o Sesc Cadeião Cultural. Embora seja um dos prédios mais antigos da cidade, poucos trabalhos foram produzidos a respeito do lugar. No recorte do presente texto, destacam-se os do escritor e jornalista londrinense Domingos Pellegrini, da arquiteta Denise Lezo — trabalho de conclusão de curso a respeito de um projeto para transformação de nosso objeto em cinema, e do historiador Leandro Henrique Magalhães, relativo à Rua Sergipe em perspectiva patrimonial.

À medida que Londrina se desenvolvia nos anos de 1930, crescia também a “necessidade da manutenção da ordem”: “A ordem pública seria de certa forma, abalada com o progresso: posseiros, jogatinas e prostituição tornaram-se alvo daqueles que defendiam a manutenção dos bons costumes e a tranquilidade de uma cidade do interior.” (MAGALHÃES, 2012, p.18). Desse modo, localizado ao final da Rua Sergipe, caracterizada, justamente, por conter casas de tolerância e prostituição noturna em meados do século XX, o Cadeião foi inaugurado em 1939, ainda em madeira e como símbolo do “progresso” em Londrina — conforme noticiou a imprensa:

Com a presença do capitão Fernandes Flores, chefe de polícia do estado, será inaugurada hoje às 14 horas a cadeia pública de Londrina. O prédio, que no gênero é um dos melhores do estado, será um *atestado de nosso progresso e dos sentimentos de humanidade do nosso povo*; pois foi este, pelos expoentes do comércio e da indústria local que, de fato, atendendo ao apelo do tenente Luiz dos Santos, forneceu dinheiro e materiais para a construção do edifício. (*Paraná Norte*, 22. dez. 1939 *apud* PELLEGRINI, 2014, p.22, grifo nosso).

Em 1941, o prédio passou à alvenaria através de custeio comunitário, sendo reformado e ampliado nos anos de 1953 e 1963. Apesar das reformas, embora tenha sido construído com capacidade para sessenta detentos, o espaço abrigou

mais de duzentos presos nos anos de 1980. Em 28 de janeiro 1994¹, a cadeia foi, enfim, desocupada, conforme anunciava a “Folha de Londrina”²:

Debaixo de muita chuva, os 120 detentos da Cadeia Pública foram transferidos ontem de manhã para a Penitenciária Estadual de Londrina, localizada no jardim Del Rey (zona sul). A operação envolveu mais de 100 policiais militares, civis e soldados do Corpo de Bombeiros e durou aproximadamente cinco horas. A antecipação da transferência (estipulada anteriormente para o dia 6 de fevereiro) foi decidida devido ao clima tenso na cadeia com as constantes tentativas de fuga.

Imagem 1 - “Velha cadeia”, Milton Dória.



Fonte: *Folha de Londrina*, 26.01.1994.

O prédio ficou desativado durante décadas, sendo raras vezes visitado por “curiosos” ou “estudiosos”, com destaque para seu uso como cenário do Festival Internacional de Londrina, em 2002³, e como objeto do documentário “Nem todos

¹ As datas que envolvem a desativação do “Cadeião” são controvérsias em nossas fontes. O trabalho de Magalhães, por exemplo, nos informa o ano de 1993, no qual a maior parte da cadeia foi, de fato, desativada. No entanto, a delegacia da 10ª Subdivisão Policial permaneceu com algumas celas em funcionamento, e os últimos detentos foram transferidos do “Cadeião” apenas em 28 de janeiro de 1994, conforme noticiou a “Folha de Londrina”.

² OKAMURA, Lucília. Presídio ocupado em operação surpresa. Os detentos deixaram a cadeia pública sob forte esquema de segurança que movimentou a polícia durante 5 horas. *Folha de Londrina*, Londrina, 29. jan. 1994. Londrina, Folha Paraná, p. 01.

³ Peça “Apocalipse 1.11”, Grupo Vertigem — São Paulo.

que estão são, nem todos que são estão”⁴, enquanto diversos projetos eram elaborados para o lugar. Pensou-se em *shopping* de artesanato — desejado pelo prefeito da época, Luiz Eduardo Cheida —, praça, centro de moda masculina, armazém de café, escola de gastronomia, cinema, Instituto de Criminalística, auditório de música, entre outras ideias não consolidadas nos dezesseis anos em que o prédio esteve abandonado⁵. Finalmente, a prefeitura concedeu o uso do espaço por vinte anos ao Serviço Social do Comércio em 2010 — Lei nº. 11.068, de 09 de novembro de 2010 —, que assumiu a responsabilidade pela revitalização do edifício e sua transformação em centro cultural:

Parágrafo único. No imóvel de que trata este artigo (denominado “Cadeião”) o Sesc efetuará a reforma e obras necessárias para o desenvolvimento da área artístico-cultural, englobando atividades de música, teatro, artes visuais, dança, cinema, literatura, artesanato, bem como a instalação de auditório, biblioteca, salas para oficinas e cursos, galeria e atelier de artes, salas para ensaios individuais e práticas de grupos de música, de teatro e de dança. (*Imprensa Oficial do Município de Londrina*, p.02, 12 nov. 2010).

Imagem 2 - Sesc Cadeião Cultural, Rubem Vital



Fonte: “A Arte da transformação” (2014), Domingos Pellegrini.

⁴ Esse documentário foi produzido no contexto do projeto Oficinas Kinoarte — Instituto de Cinema e Vídeo de Londrina, coordenado por Kiko Goifman, cineasta. O curta-metragem narra, em seis minutos, a história da antiga cadeia pública.

⁵ O período de abandono do edifício não se inclui no recorte temporal estabelecido no presente trabalho. Os diversos projetos não vigoraram por motivos políticos e econômicos, mas essa análise demandaria estudos mais específicos.

Desse modo, em 10 de dezembro de 2014, em comemoração ao aniversário dos oitenta anos de Londrina, foi inaugurado o “Sesc Cadeião Cultural”. Além das atividades e serviços oferecidos pelo grupo, nos interessa os “Espaço Memória” preservados no local, memórias da antiga cadeia. No interior do edifício, além da manutenção da estrutura original — com destaque para suas escadarias apertadas e a ampla área central antes utilizada para “banho de sol” dos detentos —, duas celas foram conservadas, parte dos ladrilhos na entrada e um espaço da parede no primeiro andar com inscrições dos presos. No exterior do prédio, mantiveram-se as grades das janelas e, parte da parede que havia sido destruída, foi construída e exposta apenas com tijolos, sem pintura. Apesar da vultosa transformação, o atual Sesc Cadeião ainda possui pouca visibilidade na cidade, mesmo para seus “vizinhos” que, em sua maioria, ou não visitaram ou pouco se interessam pelo local reformado.

Mencionamos que vários projetos estavam sendo formulados para a cadeia, uma vez desativada. As incertezas quanto ao melhor destino e mesmo quanto a sua importância para os londrinenses quase resultaram, além dos anos em “stand by”, na demolição do prédio em 28 de março de 1994 (por sua repercussão, aqui denominamos “episódio de 1994”). Aliás, esta ação foi iniciada no dia 25 daquele mês, com a derrubada de parte do muro que envolvia o Cadeião. Nossas pesquisas com visitantes do Sesc Cultural e com trabalhadores locais que vivenciaram esse período, e mesmo as matérias publicadas na “Folha de Londrina”, exibiam que a população ou desejava ver a cadeia demolida ou era indiferente, mas mesmo os últimos concordavam que deveria ser construído no local algo novo, que trouxesse vitalidade e dinamismo à região, ao contrário das sensações negativas que a cadeia produzira até então. Pouquíssimos defenderam o prédio e, dentre aqueles que o fizeram, ainda menor era o número dos que apontavam seu valor histórico para a cidade, sua condição de patrimônio.

A conjuntura da antiga cadeia nos últimos anos antes de sua desativação era desoladora:

“Na época em que o Cadeião foi aberto à visitação pública, estive lá e fiquei horrorizado com o que vi. Cubículos apertados, sem ventilação, corredores estreitos, banheiros em péssimas condições, fedentina total. Escadarias estreitas e

com inclinação acentuada. Prédio em péssimas condições”⁶.
(*Folha de Londrina*, p.02, 16 abr.1994).

Havia a superlotação, com carência de higiene e disseminação de doenças, fugas constantes, ameaça de desabamento, entre outras mazelas. Desse modo, como e, sobretudo, por que conservar o “velho prédio”? Quem se beneficiaria com a preservação de suas trágicas memórias? Afinal, o Cadeião era sinônimo de “[...] muito barulho, tiroteio, gritaria. Sempre tinha um bandido pulando o muro da casa da gente e logo atrás vinha a polícia. Não tinha sossego”⁷.

O trecho anterior denota as lembranças sombrias que representavam o Cadeião. Tais recordações aparecem nos questionários que aplicamos e nas diversas páginas que a “Folha de Londrina” imprimiu no período que analisamos aqui, conforme veremos na sequência. Objetivamos, assim, neste primeiro capítulo, refletir o quanto as impressões deixadas pelo Cadeião influenciaram nas opiniões a respeito da demolição do edifício e se ainda influenciam na ótica sob a qual nossos entrevistados avaliam o Sesc Cultural. Ou seja, estudaremos os ressentimentos nas “memórias individual-coletiva” dos que conviveram com o Cadeião, bem como as consequências desse sentimento:

É preciso considerar os rancores, as invejas, os desejos de vingança e os fantasmas da morte, pois são exatamente estes os sentimentos e representações designados pelo termo ressentimento. Vamos, portanto, evocar a parte sombria, inquietante e frequentemente terrificante da história. Enquanto nos dirigimos espontaneamente às dimensões positivas das relações humanas, vamo-nos dos ódios, dos fantasmas da morte e das hostilidades ocultas que fazem parte da história. Entretanto, devemos igualmente nos esforçar para compreendê-los e, se possível, explicá-los. (ANSART, 2001, pp.15-16).

Antes das memórias, porém, outra problemática. Se em sua inauguração, a antiga cadeia pública de Londrina era sinônimo de progresso, mais de cinquenta anos depois, em sua desativação, era “atraso”, uma “vergonha” a essa ideologia da “ordem e progresso” que caracterizou e caracteriza Londrina. Como, portanto, podemos interpretar com clareza tais sentimentos e o que acarretam, no campo da História, posto que tratamos da contemporaneidade?

⁶ ANDRADE, Dair de. Memória. *Folha De Londrina*, Londrina, 16 abr. 1994. “O leitor escreve”, Opinião, p. 02.

⁷ BIANCHI, Bene. Rua Sergipe agora terá sossego. *Folha de Londrina*, Londrina, 30. jan. 1994. Londrina, Folha Paraná, p. 02.

2.1 HISTÓRIA DO PRESENTE E A “FOLHA DE LONDRINA”

Nosso trabalho se insere na denominada História do Tempo Presente⁸. À primeira vista, história e presente são termos contraditórios. De fato, discutir o último era o legado de sociólogos e jornalistas, por exemplo, não de historiadores. Entretanto, a herança dos “Annales” em meados do século XX ampliou nossas possibilidades de “problemas”, de “abordagens” e de “objetos” — consoante o medievalista francês Jacques Le Goff. Logo, novos também eram nossos desafios enquanto historiadores. A pesquisa contemporânea, então, passou a estender-se aos anos muito próximos, particularmente nos anos 30 e no pós-guerra. Experenciávamos o “breve século XX” e, nesse período, o estudo do campo político retornou com destaque e dinamismo, sobretudo na década de 1970, fato que “desempenhou, pois, científica e intelectualmente, um papel essencial na afirmação da história do presente”. (CHAUVEAU; TÉTARD, 1999, p.15). Não é possível, entretanto, vincularmos essa modalidade de estudo apenas à política. Os campos intelectuais, econômicos, culturais, igualmente transcorrem no presente, e a historiografia deste também deriva de demanda social. Mencionamos o “Breve século XX”; as situações que ocorriam em âmbito nacional e mundial demandavam esclarecimentos:

[...] o historiador é cada vez mais parte integrante do contemporâneo — porque a força da história passadista, factual e historicista se esfumaça diante de uma demanda social insistente, resolutamente ancorada no presente e no modo “interpretativo”. Em sua intervenção pública, a história, como a medicina ou a ciência da ecologia, é um fator de compreensão do presente e vetor de opinião para o corpo social. (CHAUVEAU; TÉTARD, 1999, pp.35-36).

Em 1978, assim, criou-se no contexto francês o Instituto de História do Tempo Presente (IHTP) e o Instituto de História Moderna e Contemporânea (IHMC). A História do Tempo Presente, como vimos, é bastante incipiente. Significa que sua epistemologia e metodologia ainda estão em construção, sendo sua legitimidade questionada por muitos intelectuais. Duas críticas que se estabelecem dizem respeito à parcialidade do autor com relação ao tema — uma vez que, em geral, o historiador e seu objeto são contemporâneos —, e ao próprio estudo do presente, no

⁸ A esse respeito há outros livros como “História do Tempo Presente” (2007), de Gilson Porto Jr, e “História do tempo presente e historiografia” (2012), de François Dosse.

qual uma história imediata como a deste trabalho, por exemplo, se confundiria com jornalismo.

Com relação à primeira crítica, a parcialidade é sempre preocupação do historiador, independente do tempo ou do tema, é critério de cientificidade. Quando trabalhamos nosso presente, devemos ser mais atentos no exercício de “recuo” das subjetividades na análise de um objeto. Além disso, reconhecer que jamais seremos imparciais é também um modo de estabelecer limites e reforçar o rigor e a seriedade intelectuais necessários ao trabalho acadêmico: “Nem por isso o perigo deve proibir uma reflexão (...). Uma história serena não significa uma história asséptica (...): assumir a subjetividade é meio caminho andado para controlá-la.” (SIRINELLI, 1991 *apud* CHAUVEAU; TÉTARD, 1999, p.29).

Quanto à segunda crítica, o historiador não se reduz à explanação dos fatos ou mesmo à análise do cotidiano, como os jornalistas o fazem. Buscamos as percepções e as condições históricas, observadas a longo ou médio prazo, nas quais e pelas quais os fenômenos se desenvolvem. Enfim, o objetivo do historiador é fornecer bases explicativas razoáveis, plausíveis, ao recorte de suas temáticas e temporalidades, o que o historiador do tempo presente também realiza. Apesar da provisoriedade de nossas hipóteses,

[...] tais explicações plausíveis são uma grande contribuição ao cenário desordenado de acontecimentos do tempo presente. Mesmo com todas as carências evidentes, uma primeira sistematização desse emaranhado de acontecimentos e de informações pode constituir um ponto de partida mais qualificado para futuras análises, não só de cunho histórico, o que configura outra função da História do Tempo Presente. (PADRÓS, 2004, p. 204).

Além disso, usufruir o tempo presente para a história é gratificante pela possibilidade múltipla de fontes que estão disponíveis, entre elas os jornais diários e as entrevistas ou questionários, como o nosso caso, escolhidos para traçarmos perfis das memórias que envolvem nosso objeto, o Cadeião. Maurice Halbwachs (2004) afirma que a memória individual não é isolada, que para estudá-la é necessário considerar os contextos sociais que servem de base para sua reconstrução. Discorre ainda que a lembrança necessita de uma comunidade afetiva — construída graças ao nosso convívio social — e, portanto, para tomar consistência, podemos basear nossa impressão nas lembranças de outros indivíduos que compõem o mesmo grupo no qual estamos inseridos para reforçar,

enfraquecer, ou mesmo completar a nossa própria percepção dos acontecimentos.

O jornal, enquanto recurso cotidiano de informações do homem, se apresenta em seu convívio social, tornando-se suporte a memórias diversas; sobretudo no que se refere ao Cadeião, em decorrência da quantidade de vezes em que esteve presente nas páginas da “Folha de Londrina”, bem como o modo como foi abordado e destacado nos meses precedentes ao episódio de 1994. Devemos, é claro, considerar as problemáticas que envolvem os conteúdos da imprensa, especialmente nos últimos anos:

Os ‘leads’ e outras formas técnicas construídas pelo rico imperialismo cultural, levaram o jornalista a divulgar a mesma ideologia para os leitores, apresentando fatos de forma fragmentária, sem mostrar a relação de um acontecimento e sua causa, com o propósito de encobrir os interesses e as relações econômicas das empresas jornalísticas na estrutura competitiva da sociedade de classe. (ABRAMO, 1977 *apud* FILHO; NETO, 1991, p.20).

Renée Zicman (1985), ao relatar um histórico sobre as características da imprensa no Brasil, disserta que até os anos 1950, aproximadamente, a Imprensa Brasileira caracterizou-se por ser “Imprensa de Opinião”, na qual assuntos políticos destacavam-se e, assim, o jornal era instrumento da opinião pública. A partir dos anos 1930, mas especialmente após os anos 1950, aparece a “Imprensa de Informação”, e o “juízo crítico” é substituído pela pretensa objetividade. Nesse período também se desenvolve a “Imprensa Sensacionalista Popular, caracterizando-se pela cultura da violência e pela dramatização do cotidiano, com títulos enormes, ilustração abundante e textos condensados” (ZICMAN, 1985, p.92). A autora ainda cita como estilo mais contemporâneo o “Jornalismo de Interpretação”, que condensaria as informações e acrescentaria comentários críticos da atualidade. Todavia, afirma que este jornalismo é tendência da Grande Imprensa.

A “Folha de Londrina” analisada neste trabalho apresenta, de fato, o perfil “Imprensa Sensacionalista Popular” — o que explica, por exemplo, as dezoito páginas relacionadas ao episódio da demolição do Cadeião que apareceram apenas entre março e abril de 1994. Por ser um periódico regional da década de 1990, é possível relativizar o “imperialismo cultural”, descrito anteriormente, em suas edições. E a despeito de sua parcialidade inevitável, inocente ou não, o jornal reflete

e provê impressões da e na sociedade⁹. No relacionamento entre memória e nossa fonte, Halbwachs acrescenta:

Quantas vezes exprimimos então, com uma convicção que parece toda pessoal, reflexões tomadas de um jornal, de um livro, ou de uma conversa. Elas correspondem tão bem à nossa maneira de ver que nos espantaríamos descobrindo qual é o autor, e que não somos nós. (HALBWACHS, 2004, p.51).

Marinósio Filho e Marinósio Neto (1991) redigem breve história da “Folha de Londrina”, fundada pelo catarinense João Milanez, com ênfase em seus primeiros “trôpegos” anos. A “Folha” é reconhecida empresa jornalística da cidade; iniciada em 1948 como semanário, circulando duas vezes por semana, em 1952 já era diário, compartilhando as primeiras décadas de Londrina. Hoje, atua em aproximadamente 250 municípios do Paraná. Por sua expressividade, sobretudo na região central de Londrina, portanto, a selecionamos como fonte.

2.2 A “IMPrensa SENSACIONALISTA POPULAR”

Jean Duvignaud — professor da Faculdade das Letras e Ciências Humanas d'Orléans-Tours — discorre no prefácio da obra “A memória coletiva”:

Certo, a memória individual existe, mas ela está enraizada dentro dos quadros diversos que a simultaneidade ou a contingência reaproxima momentaneamente. A rememoração pessoal situa-se na encruzilhada das malhas de solidariedades múltiplas dentro das quais estamos engajados. Nada escapa à trama sincrônica da existência social atual, e é da combinação destes diversos elementos que pode emergir esta forma que chamamos de lembrança, porque a traduzimos em uma linguagem. (HALBWACHS, 2004, p.14).

Maurice Halbwachs (2004) defende, a partir da ideia apresentada acima, a existência de uma memória coletiva, forjada no contexto de nossas relações sociais. Embora sua obra possa ser criticada em certos aspectos — como a rigorosa hierarquia estabelecida entre as memórias do indivíduo e de seu grupo ou a “intuição sensível” necessária à lembrança —, ela é uma das pioneiras no estudo da memória e ainda uma referência no assunto, o que denota seu prestígio e relevância para o tema. Halbwachs discorre que quando um homem recorda-se de um acontecimento experienciado em grupo e, mesmo na ausência deste, apresenta o ponto de vista desse mesmo grupo, deparamo-nos, assim, com a memória coletiva.

Reportando à complexidade da memória, o filósofo Paul Ricoeur (2007)

⁹ Desenvolveremos, posteriormente, as tendências do jornal em suas matérias.

contesta, à semelhança de Halbwachs, a suposta polaridade entre as memórias individuais e coletivas. Ricoeur argumenta que há coesão entre a consciência individual e as lembranças comuns conservadas por entidades coletivas:

A experiência do mundo compartilhada repousa numa comunidade tanto de tempo quanto de espaço. A originalidade dessa fenomenologia da memória compartilhada reside principalmente na superposição dos graus de personalização e, inversamente, de anonimato entre os pólos de um “nós” autêntico e o do “se” (partícula apassivadora), do “eles outros”. Os mundos dos predecessores e dos sucessores estendem nas duas direções do passado e do futuro, da memória e da expectativa, esses traços notáveis do viver juntos decifrados primeiro no fenômeno de contemporaneidade. (RICOEUR, 2007, p.140).

No presente trabalho, portanto, utilizamos tais conceituações para a análise das memórias sobre e de 1994, através dos questionários e da “Folha de Londrina”, respectivamente — conforme mencionado, consideramos a “Folha” enquanto “comunidade afetiva” para as memórias coletivas da época. Buscamos delinear, a partir do episódio de 1994, as memórias comuns, coletiva, e suas particularidades nos indivíduos entrevistados e apresentados nas páginas de jornal analisadas, discorrendo sobre até que ponto as recordações dolorosas do Cadeião tornaram-se traumas ou ressentimento, influenciando as opiniões sobre a destruição do prédio na década de 1990 e, em 2016, nas impressões sobre o Sesc Cadeião Cultural.

Ao pesquisarmos os meses precedentes à data de 28 de março de 1994 é notória a visibilidade que o Cadeião obteve nas páginas da “Folha de Londrina”. Em suas manchetes e imagens, está representada a “Imprensa Sensacionalista Popular”. As notícias de fugas, ou tentativas de, da cadeia eram constantes, só em janeiro de 1994 aparecem quatro relacionadas ao tema: “Nova tentativa de fuga”, “As principais fugas em massa”, “PM contém rebelião na cadeia” e destaca-se a do título “História de fugas e superlotação¹⁰”, na qual o escritor reitera os problemas da cadeia e já expõe opiniões de público a favor e contra a demolição do prédio, respectivamente, para em seguida expressar a fragilidade de sua estrutura:

A expectativa das autoridades policiais é que, com a inauguração do minipresídio [*sic*], sejam enterradas de vez as *histórias de fugas, mortes, maus-tratos, doenças e superlotação que marcaram cada dia do prédio da Cadeia Pública*, inaugurado na década de 40. Para uns, toda estrutura

¹⁰ BIANCHI, Bene. Velha cadeia. História de fugas e superlotação. *Folha de Londrina*, Londrina, 26. jan. 1994. Londrina, Folha Paraná, p. 01.

deveria ser *demolida o mais rápido possível* e, em seu lugar, construída uma praça, como já anunciou o governador Roberto Requião. Para outros, o prédio deveria ser reformado e receber outra utilidade. [...] “[...] A sociedade deve se manifestar e exigir que ele seja mantido em pé”, defende. Mas *é certo* que uma reforma na cadeia não sairia barata, já que a *própria polícia anunciou* diversas vezes que seu interior mais parece um *queijo suíço*, de tantos buracos e túneis que foram cavados ao longo dos anos. *A frágil estrutura do prédio* facilita o trabalho dos presos, que conseguem fazer buracos nas paredes até com colheres. (*Folha de Londrina*, p.01, 26. jan. 1994, *grifo nosso*).

No trecho acima, já se observa posições do jornalista a respeito do provável destino para o prédio da antiga cadeia pública¹¹. Ainda que muitas vezes de maneira sutil, o escritor tende a argumentar a favor da demolição do prédio, seja através de sua deprecação constante ou na contestação de comentários que defendem a preservação do espaço; influenciando, inclusive, ao enfatizar as expressões da própria comunidade, como no recorte “Rua Sergipe agora terá sossego”¹²:

O estigma da rua, aliado à inquietude provocada pelas constantes rebeliões, fizeram com que os bons negócios parassem há duas quadras de distância daquele local por muitos anos. A dona-de-casa Gessi Rufini, mora na rua Sergipe, em frente à sede da 10ª Subdivisão Policial, há 36 anos. Ali ela criou suas duas filhas sob um clima de constante tensão. “Não foram poucas as vezes que me tranquei em casa com as meninas. Era o alarme tocar e a gente saía correndo, sempre com medo de acontecer o pior”. Para fugir desta inquietude, ela colocou a casa à venda, mas não obteve sucesso. (*Folha de Londrina*, p.02, 30. jan. 1994).

Em seguida, o jornalista menciona a expectativa de valorização da área após a desativação da cadeia. Também há notícias, com títulos destacados, relativas a crimes e à corrupção no espaço, como “Preso mata outro com 80 golpes de estoque no interior da cadeia”¹³ (o terceiro caso de homicídio relatado em 1993). O periódico também denunciou, em 12 de novembro daquele ano, que policiais eram acusados de cumplicidade em assaltos a residências, seguido de assassinato de detento na cozinha da cadeia — na declaração dos oficiais constava “suicídio”, mesmo o

¹¹ A jornalista Benê Bianchi foi repórter da Folha de Londrina entre 1993 e 2003, e seu diretor era João Milanez. As razões de suas tendências jornalísticas não são perceptíveis apenas a partir das matérias analisadas. Todavia, é notório que a maioria da população ansiava pela destruição do Cadeião, e o jornal também expressa o que seu público deseja ler.

¹² BIANCHI, Bene. Rua Sergipe agora terá sossego. *Folha de Londrina*, Londrina, 30. jan. 1994. Londrina, Folha Paraná, p. 02.

¹³ PRESO mata outro com 80 golpes de estoque no interior da cadeia. *Folha de Londrina*, Londrina, 28. dez. 1993. Londrina, Folha Paraná, p. 02.

Instituto Médico Legal registrando sua impossibilidade. Há ainda o descaso da 10ª Subdivisão da Polícia com “crimes insolúveis”, cinco assassinatos e um caso de tortura não esclarecidos em 1993, que culminou na assinatura de um abaixo assinado, por vinte e dois representantes de entidades civis de Londrina, que solicitava a exoneração do delegado chefe, Clóvis Galvão Gomes, da 10ª Subdivisão à época, “Líderes protestam contra a impunidade”¹⁴. Nesse comunicado, consta a participação, favorável à comunidade, do secretário de Justiça e Cidadania do Estado, José Tavares, que apresentará papel importante no episódio de 1994.

Além das matérias pontuais divulgadas acima, foram impressas “Folha Opinião” reportando à violência nos cárceres, inclusive uma nota de José Tavares a respeito do Cadeião, e uma reportagem, de página inteira, com a manchete “Índice de criminalidade foi maior em 93”, reforçando os imaginários de deterioração da antiga cadeia pública. Após o desligamento da cadeia e no mês de sua demolição, agendada para 28 de março de 1994, treze páginas com diversas notas marcaram a “Folha de Londrina”. Em 05 de março, publicava-se outra informação de que, no quesito custo, a derrubada do prédio seria mais viável, conforme notificava um engenheiro do Departamento Estadual de Construção, Obras e Manutenção (DECOM). Outra notícia, de 16 de março, anunciava que os estudantes de Direito da UEL foram visitar a cadeia desativada em uma “aula prática”, e o jornalista destacou um quadro com “as impressões” dos alunos, todas obviamente bastante negativas, citando duas vezes, no quadro e no texto corrido da matéria, a opinião da então discente Aletéia Melo: “Para mim, este prédio mais parece um campo de concentração”.

Em 24 de março, publicou-se uma reportagem especial a respeito da demolição com a manchete “Cai, não cai. Demolição da cadeia divide opiniões” e o subtítulo “Secretário da Justiça anuncia para o próximo dia 28 a demolição do cadeião de Londrina. Muitos são a favor da preservação histórica.”¹⁵ Embora o subtítulo faça referência àqueles que são contrários à demolição, a reportagem traz cinco notas de pessoas favoráveis à derrubada e apenas três contra, das quais uma

¹⁴ CUNTO, Adriana de. Líderes protestam contra a impunidade. 22 entidades entregam ao governador Requião documento pedindo exoneração do delegado-chefe da 10ª Subdivisão Policial. *Folha de Londrina*, Londrina, 14. jan. 1994. Londrina, Folha Paraná, p. 01.

¹⁵ UBIRATAN, Paulo. Demolição da Cadeia divide opiniões. Secretário da Justiça anuncia para o próximo dia 28 a demolição do cadeião de Londrina. Muitos são a favor da preservação histórica. *Folha de Londrina*, Londrina, 24. mar. 1994. Reportagem, Folha Paraná, p. 07.

defende a manutenção para implantar uma “célula da Escola de Polícia em Londrina”; ou seja, não por sua preservação histórica ou transformação em espaço para o deleite da população, como as propostas de praça, centro cultural ou shopping de artesanatos.

Integrante do grupo que solicitava a demolição do prédio, José Tavares argumentou: “Lutei muito para a construção do presídio de Londrina e não é lógico deixarmos de pé um marco que somente trouxe tristeza à cidade. A cadeia vai ser demolida e com isso vamos destruir o que considero uma vergonha”. Também o ex-prefeito Milton Menezes, apesar de defender que a população deveria decidir o destino do prédio, pessoalmente, se posicionou a favor da demolição: “A cadeia representa um monstro para Londrina e não dignifica em nada sua história. *É deprimente querer conservar a cadeia como um monumento histórico*”. Ao expressar as opiniões de pessoas contra a demolição, como a do secretário Municipal de Cultura da época Alcides Carvalho, o jornal prenuncia:

[...] já se sabe que as lages [sic] das estruturas estão levantadas, as paredes desalinhadas por afundamento e os tijolos esfarelado. Mesmo assim, existe um grupo de pessoas que individualmente e com muita convicção briga pela preservação do prédio. [...] Ele [Alcides Carvalho] deu um enfoque diferenciado em relação à história da cadeia, que representou, entre tantas outras desgraças, um meio de degradação humana. (*Folha de Londrina*, p.07, 24. mar. 1994).

É inegável a parcialidade dos escritores da “Folha”, que publica com destaque as opiniões apelativas para a demolição do prédio, enquanto contesta pronunciamentos favoráveis à preservação, como notamos no trecho anterior. A reportagem ainda aponta a indiferença da população local quanto ao destino do prédio, uma vez “aliviada” pelo desligamento da cadeia.

Em 29 de março de 1994, a “Folha de Londrina” apresentou diversas discussões a respeito do impasse da demolição na “velha cadeia” ocorrido no dia anterior¹⁶, 28 de março, “Cadeia motiva briga entre políticos” e, na “Folha Paraná”, “Protesto não para demolição da Cadeia” e “Câmara suspende sessão e procura dissuadir Tavares”; além da coluna “Informe Folha” com cinco comentários a respeito do assunto. Conforme mencionamos, o processo já se iniciara em 25 de março com a derrubada de parte do muro do Cadeião, mas a ação completa estava agendada para o dia 28, segundo anunciara anteriormente o secretário de Justiça e

¹⁶ Na primeira página do jornal, imagem com a legenda “Sem discussão”, e manchetes nas sessões “Política”.

Cidadania do Estado, José Tavares. No dia 28 de março, contudo, a Câmara de Vereadores de Londrina suspendeu sua sessão a fim de impedir a destruição do edifício junto ao secretário, que estava à frente do processo. O fato se deu por que havia incoerências com a documentação sobre a quem pertencia o prédio da cadeia, se ao Estado ou ao Município. Segundo a “Folha”, o prefeito de Londrina deste período, Luiz Eduardo Cheida, afirmou que houve um acordo em 1987 de que o terreno do edifício passara a pertencer à cidade em troca de outros terrenos concedidos ao Estado. Porém, no referido documento, o prédio não fora incluído; daí o impasse.

No entanto, Cheida, a fim de embargar a demolição, defendia que o edifício pertencia à prefeitura e que a empresa licitada para o serviço — Tekenge Engenharia — não possuía alvará para realizar tal procedimento, sendo posteriormente multada por sua ação¹⁷. Tavares, que se pronunciara diversas vezes em defesa da demolição, não aceitou o pedido da Câmara ou dos estudantes de arquitetura da UEL, que protestavam em frente à cadeia, favoráveis à sua manutenção: “Nós estamos anunciando, publicamente, a demolição a meses e ninguém fez nada. Agora que os trâmites burocráticos foram cumpridos vocês vêm pedir que o prazo seja ampliado?¹⁸”. Com essa postura, Tavares se dispôs com o prefeito e com o presidente da Câmara, sendo acusado de utilizar o impasse para se promover, já que em breve deixaria o cargo de secretário do Estado e concorreria às eleições para deputado:

Os ressentimentos têm um lugar, um papel no mecanismo político: por exemplo, a manifestação pública constitui-se em um procedimento legalizado de expressão dos descontentamentos e uma ameaça simbólica aos representantes que permanecem indiferentes a esta expressão. (ANSART, 2001, p.28)

Esse pensamento de Pierre Ansart nos permite refletir, em contrapartida, a “conveniência” de memórias trágicas no jogo de manipulações políticas, tal qual Tavares demonstrou. Ansart (2001, p.22) de fato questiona: “os demagogos utilizam os ressentimentos para suscitar fusões emocionais e assegurar-se, desta forma, do apoio dos cidadãos?”, respondendo afirmativamente a essa questão no decorrer de seu artigo. Mesmo o escritor Domingos Pelegrini, que participou do protesto junto

¹⁷ LIVORATTI, Pedro. Protesto não para demolição da cadeia. *Folha de Londrina*, Londrina, 29. mar. 1994. Londrina, Folha Paraná, p.01.

¹⁸ BIANCHI, Bene. Câmara suspende sessão e procura dissuadir Tavares. *Folha de Londrina*, Londrina, 29. mar. 1994. Londrina, Folha Paraná, p. 01.

aos estudantes, fez essa acusação a Tavares. Em seu livro “A arte da transformação”, Pelegrini enfatiza o papel dos estudantes mais do que as divergências políticas no impedimento da derrubada do prédio — talvez por sua participação; ao contrário da “Folha de Londrina”¹⁹ que ironiza:

A polêmica criada ontem em Londrina por causa da demolição da velha cadeia pública da rua Sergipe pode ser traduzida em três palavras: falta de sensibilidade. Envolvidos estavam um secretário que “precisava” demolir o Cadeião para deixar sua marca antes de se desincompatibilizar do cargo; um prefeito que não definiu posição até o último momento; e um grupo de manifestantes que só percebeu o que estava para ocorrer quando o trator já estava com o motor ligado. (*Folha de Londrina*, p. 04, 29. mar. 1994).

A imprensa, aliás, não mencionou no dia 29 de março as opiniões dos estudantes; apenas explicitou as motivações de parentes de detentos que ansiavam pela demolição do edifício: “Meu filho ficou preso nesta cadeia e está com o corpo queimado por causa de um princípio de incêndio que ocorreu em um dos cubículos. Sou a favor da destruição do prédio”²⁰. Outro depoente afirmava que seu irmão fora para o manicômio após dois anos detido na antiga cadeia. Enfim, a polêmica envolvendo políticos e estudantes impediu a destruição do prédio, alguns discentes inclusive entraram na frente do trator a fim de impedir a demolição. O impasse finalizou com a cessão do edifício à prefeitura, pelo governador Roberto Requião: “Pra mim é um prédio condenado, mas quem resolve é o prefeito e a população da cidade”²¹. Durante os anos de “abandono” da cadeia, muitos ainda insistiriam em sua demolição. A “Folha de Londrina” discutiu bastante o assunto no mês subsequente, sem dúvida, se posicionando durante e após este episódio por meio de seus textos e imagens.

1.3 28 DE MARÇO DE 1994. DEMOLIR OU PRESERVAR

A influência do periódico pode ser observada nas opiniões dos ouvintes da rádio Brasil Sul²²; das 144 pessoas que telefonaram à emissora, 94,4% foram

¹⁹ OSTI, Cláudio. Cadeia. *Folha de Londrina*, Londrina, 29. mar. 1994. Informe Folha, Política, p. 04.

²⁰ LIVORATTI, Pedro. Protesto não para demolição da cadeia. *Folha de Londrina*, Londrina, 29. mar. 1994. Londrina, Folha Paraná, p.01.

²¹ LIVORATTI, Pedro. Fim da polêmica. Requião vai manter a velha cadeia em pé. *Folha de Londrina*, Londrina, 30. mar. 1994. Londrina, Folha Paraná, p.01.

²² LIVORATTI, Pedro. O povo fala. *Folha de Londrina*, Londrina, 30. mar. 1994. Coluna, Folha Paraná, p.01.

favoráveis à derrubada. Também no resultado de uma pesquisa promovida pelo “Canadá Pesquisas”, em 31 de março, com 600 londrinenses, acima de quatorze anos, a respeito da destinação da cadeia, publicada na “Folha de Londrina”²³. Segundo o jornal, 73% dos entrevistados desejava a demolição. E entre os que optaram pela manutenção do prédio, apenas 5% desejavam a preservação sem modificações; os demais defendiam reformas. Havia, porém, outras opiniões bastante sólidas, interessantes:

A questão é se a antiga cadeia tem valor histórico. Em caso negativo deve ser demolida para possibilitar a modernização do centro urbano. Caso contrário, deve ser conservada exatamente como está, para que a população possa verificar **in loco** o modo desumano, cruel e vergonhoso como eram tratados os presos e tomar consciência, através da história, como não se deve proceder com os semelhantes, mesmo que criminosos. Transformá-la num moderno shopping será descaracterizá-la, perdendo seu valor histórico. Seria o mesmo que transformar o Coliseu em moderno estádio esportivo. Como diriam os romanos: “Santa ignoranza”. (*Folha de Londrina*, p.02, 17 abr. 1994).²⁴

Importante mencionar que, paralelo às discussões da demolição, a “Folha” citava os principais projetos dos governantes para o espaço: praça, centro cultural, Instituto de Criminalística, escola de polícia e um shopping de artesanato. São esses mesmos projetos que aparecem na pesquisa de opinião realizadas pelo “Canadá Pesquisas” e nas lembranças dos entrevistados em nossos questionários, ainda que diversas ideias tenham sido projetadas ao longo dos vinte anos nos quais o Cadeião esteve desocupado. No “Canadá Pesquisas”, 31% optaram pela construção de um Instituto de Criminalística, 27% uma escola para policiais civis, 25% uma praça e 17% um mini shopping. Em abril de 1994²⁵, o então diretor do Museu Histórico de Apucarana, Ninger Marena, defendia o fim da cadeia:

Sua demolição fazia sentido e era politicamente correta, pois *deslustra a memória da cidade*, até arquitetonicamente. O local deveria ser transformado em praça arborizada, com os nomes dos que faleceram ali. Preservado ele jamais terá a grandiosidade da antiga catedral, o antigo edifício da prefeitura e até mesmo da Associação Comercial. Demoli-lo seria mais

²³ PESQUISA tardia revela: cadeia deve cair. *Folha de Londrina*, Londrina, 05. abr. 1994. Opinião Popular, Folha Paraná, p.02.

²⁴ CARANI, José (de Cambé). Presídio. *Folha de Londrina*, Londrina, 17. abr. 1994. O leitor escreve”, Opinião, p.02.

²⁵ MARENA, Ninger. Cadeião. *Folha de Londrina*, Londrina, 07. abr. 1994. “O leitor escreve”, Opinião, p.02.

econômico, higiênico e eliminar-se-ia o péssimo visual da cidade, além de *contribuir com o esquecimento de um passado que jamais contribuirá para nada*. (Folha de Londrina, p. 02, 7. abr. 1994, grifo nosso).

O comentário reforça o anseio pela demolição, retoma o projeto de “praça” e restringe a ideia de patrimônio da cidade apenas a evocações “positivas”. O “esquecimento” é mencionado como necessário neste contexto. Paul Ricoeur (2007) utiliza categorias da psicanálise para discutir a fenomenologia da memória. No que diz respeito ao trauma, o autor transpõe análises clínicas, desenvolvidas por Freud, do âmbito privado “ao plano da memória coletiva”, permitindo a noção de traumatismos coletivos: “A noção de objeto perdido encontra uma aplicação direta nas ‘perdas’ que afetam igualmente o poder, o território, as populações que constituem a substância de um Estado”. (RICOEUR, 2007, p. 92). No presente trabalho, o Cadeião representou essa perda, a perda de expectativas no futuro, a decepção com o progresso almejado, idealizado. Por isso o desejo de “enterrar” suas memórias sombrias junto à desconfiguração do prédio da cadeia, como bem mostraram as páginas da “Folha de Londrina”. Afinal,

A cidade é também a *imagem da cidade*. [...]. Falar-se em simbólico urbano é falar em ideologia: “só há símbolo urbano”, como afirma Castells, “a partir da utilização das formas espaciais como emissoras, mediadoras e receptoras das práticas ideológicas gerais”. (MENESES, 1984/1985, p.199-200).

A ideologia do progresso, conservadora, que, aliás, tem retornado à sociedade, perpetua a memória negativa que foi forjada sobre o Cadeião pelos jornais desde 1994, e se traduz em alguns discursos atuais sobre o espaço. Nas narrativas das memórias sobre o Cadeião apresentadas nos questionários, é notória a distinção entre as pessoas do entorno e dos frequentadores do espaço; mesmo por que cerca de 27% dos entrevistados do Sesc Cultural estão na faixa etária entre dez e vinte e um anos.

Quanto às *pessoas do entorno*, aproximadamente 43% não visitou o Sesc Cadeião, e entre aqueles que o fizeram, estiveram por lá apenas uma vez ou em eventos esporádicos, não frequentam regularmente o espaço, portanto. Entre os motivos pelos quais os trabalhadores do entorno não visitaram o Sesc Cultural estão o desconhecimento, o desinteresse — “A imagem que temos é do Cadeião antigo, não despertou curiosidade” —, a falta de tempo ou oportunidade, e ainda “pela história de desgraça”, explicitou um dos entrevistados. Nas descrições de suas

lembranças apareceram respostas como “Que era o cadeião, algo *feito*, ouvíamos os gritos”; “Só coisa ruim, *fugas*, todas as coisas ruins dos presídios tinha aqui”. Uma das respostas registrava: “Que era cadeia com presos. Era muito perigoso porque tinha *fuga*”; mas apesar desta constatação, a senhora informou que jamais houve problemas em seu quintal a esse respeito. Paradoxalmente, houve quem dissesse que não havia fugas — “Nunca tivemos problemas de fuga, não tinha fuga” — e que “a polícia ali garantia segurança para a gente”. Em linhas gerais, considerando os quarenta e quatro questionários aplicados, se destacaram nas narrativas memoriais as palavras “gritos”, “fugas”, o adjetivo “feito” e muitos mencionam o fato de que os presos “ficavam mexendo com a gente pela *janela*”.

Ao serem questionados sobre seu posicionamento no episódio de 1994, relativo aos que vivenciaram, 21,4% eram favoráveis à demolição: “Porque era muito feio no centro da cidade cadeia, né.”; “Centro cultural em cidade pequena?! Ele [o Cadeião], o Ouro Verde, pensava que poderia ser um centro moderno de polícia, todos os setores aqui do município, vários andares no centro da cidade”. Outros 21,4% eram indiferentes: “A intenção era fazer escola de polícia, aí não concordava. Polícia no centro não”; “Se fizessem algo que trouxesse benefícios, beleza, mas não sei se trouxe”. E 28,6% das pessoas do entorno eram contra a demolição do prédio, mas alguns apenas porque queriam manter a “tradição” de centro policial, e os demais ansiavam por reformas — “Pela história. Mas acreditava na transformação em outro espaço. Ficou interessante, mas deveria ser melhor aproveitado, mais atrativo”.

O questionário aplicado aos visitantes do Sesc Cultural apontou que todos, sem exceção, sabiam ao menos que ali fora a antiga cadeia pública de Londrina e seu contexto de desativação. Alguns conheciam maiores detalhes, mesmo assim, a maioria das narrativas não eram tão “íntimas” e pejorativas sobre o espaço quanto as dos entrevistados no entorno: “Cadeia. Fiz visita com o pessoal da igreja. Tentaram derrubar, seguia pelo jornal, tentativas de fuga”; “Que era uma cadeia, ‘um caldeirão’. A primeira cadeia de Londrina, né...”; “Sei que aqui era uma cadeia, meu pai é policial e trabalhava na antiga cadeia. Alguns presidiários fugiram, era muito velho, aí transferiram”. Um dos depoimentos, porém, surpreendeu:

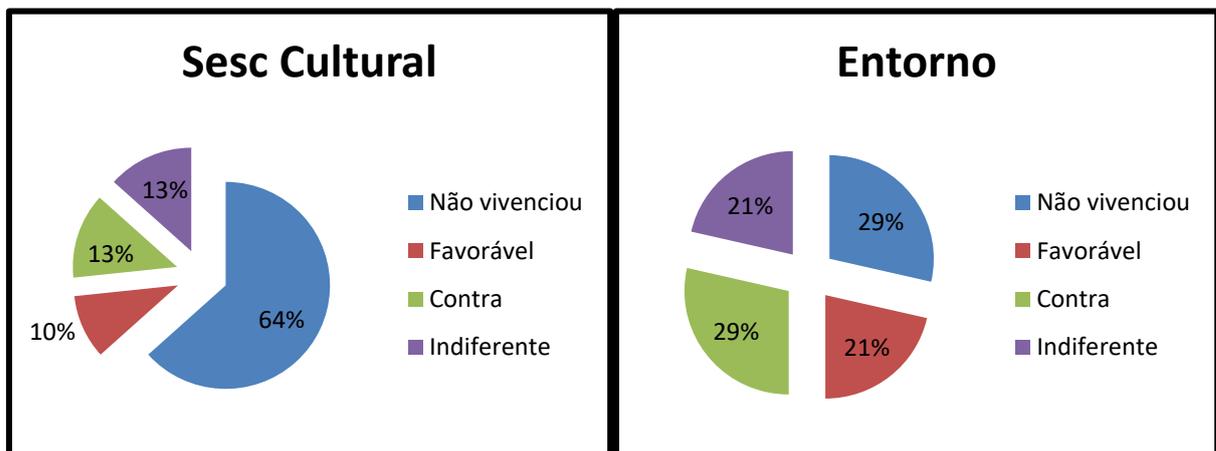
“Já passei uma noite aqui, por questão de pensão alimentícia. Era separado, funcionário público. Noite traumática, meu irmão me passou o colchão pela janela, era difícil dormir. Chamavam de ‘Corredor Malvinas’, tinham mais seis comigo presos por pensão,

inclusive um ex-deputado. Olhava para a cadeia com tristeza, abandonada, tudo se decompondo”.

Segundo o documentário “Nem todos que estão são, nem todos que são estão”, Malvinas era o corredor, no térreo, onde ficavam os presos ameaçados ou os de maior poder aquisitivo.

Relativo ao posicionamento no episódio de 1994, quase 64% dos entrevistados no Sesc não o experienciou, por não recordar ou não ter, de fato, vivenciado. Outros 13,3% eram contra a demolição justamente pelo desejo de preservação da memória do lugar, conquanto um entrevistado tenha acrescentado: “Até porque o espaço em si poderia ser reutilizado para outro aparelho comunitário, como é agora, um espaço destinado à população”. Eram indiferentes também 13,3%, embora tenham expressado suas opiniões negativas em relação ao espaço: “Aqui era um canto ‘mau visto’, ninguém queria morar; trabalho em uma imobiliária, era um beco mesmo”. E os 10% restantes se posicionaram, à época, favoravelmente à demolição: “Eu era a favor da demolição total da parte da carceragem, pois só me remetia à tristeza, medo, decepção”. Em resumo, podemos comparar os posicionamentos a respeito de 1994 nos questionários a partir do quadro abaixo:

Quadro 2 - Memórias do “Episódio de 1994”, relativo à demolição do Cadeião.



Fonte: o próprio autor.

Em linhas gerais, as respostas traduzem que as pessoas do entorno apresentaram maiores detalhes em suas lembranças do Cadeião, se privam de visitar o atual Sesc Cultural ou são reservadas em suas opiniões a respeito — normalmente negativas. Além disso, os entrevistados do entorno foram justamente os mais condescendentes com a ideia de demolição, embora as memórias narradas em ambos os questionários, entorno e Sesc, em muitos aspectos se assemelham a

das pesquisas no jornal de 1994. Semelhanças constatadas a partir de adjetivos e termos comuns nas descrições do espaço, bem como dos projetos que almejavam para o Cadeião — presentes nas fichas e nos jornais da época. Além disso, todos os entrevistados conheciam ao menos um pouco da história do edifício. Por isso consideramos tais lembranças do Cadeião como uma “memória coletiva” e usufruímos do conceito de ressentimento. Quanto aos “sentimentos e emoções criadores de ressentimento”, Ansart (2001, p.22) cita

[...] a experiência da humilhação e, igualmente, a experiência do medo. A humilhação não provém apenas de uma inferioridade. Ela é a experiência do amor-próprio ferido, experiência da negação de si e da autoestima suscitando o desejo de vingança. (ANSART, 2001, p.22).

Paul Ricoeur completa esse pensamento argumentando que “o fato de se tratar de feridas do amor-próprio nacional justifica que se fale em objeto de amor ferido” (RICOEUR, 2007, p.93). Trata-se, aqui, do amor-próprio da população local, abalado uma vez que o Cadeião não apenas ameaçava a ordem pública, mas simbolizava a decadência da cidade, corrompendo a imagem do “Eldorado”²⁶, e o descaso dessa população ou seu “consentimento tácito”, uma ferida na “consciência moral coletiva”. Afinal, aquilo que é público é responsabilidade de todos e de cada um em particular:

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa [...] uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor. (POLLAK, 1989, p.08).

Diante deste quadro, portanto, se desenvolveram a indiferença e a aversão pelo espaço da antiga cadeia pública, a “expectativa de esquecimento” em 1994 e até mesmo hoje pelos frequentadores da região do atual Sesc Cultural, refletidas no anseio por sua modificação, destruição. Como justificar, assim, a preservação do prédio? É possível considerá-lo — como muitos o fizeram na tentativa de evitar sua demolição — patrimônio da cidade? Afinal,

Musealizar, simplesmente, esses documentos ou objetos da memória é processo que não leva à construção da dimensão identitária das coisas materiais dos valores, dos símbolos, dos ritos, das manifestações variadas do viver e, enfim, dos significados que eles têm para as populações. [...] Esquece-se, comumente, que a

²⁶ ARIAS NETO, José Miguel. *O Eldorado: representações da política em Londrina (1930-1975)*. 2. ed. Londrina: Eduel, 2008.

interpretação do patrimônio cultural deve ser feita, antes de tudo, com e para a população local. Somente assim ela e os produtos dela derivados se sustentam. (MENESES, 2009, p.33).

“Quando a memória não está mais em todo lugar, ela não estaria em lugar nenhum se uma consciência individual, numa decisão solitária, não decidisse dela se encarregar”.

(Pierre Nora).

3 (RE)SIGNIFICAÇÕES DE UM PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL

Nos últimos anos observamos um imperativo da memória em nossa sociedade. Pierre Nora (1993) cita como reflexos desse imperativo o ano de 1980 — ano do patrimônio e sua ampliação conceitual —, a busca incessante das minorias pelo reconhecimento de seu passado, o crescimento das pesquisas genealógicas, a preocupação com a preservação em esferas privadas, a demanda absurda da prática arquivista, além do desenvolvimento de uma ânsia pelo estudo das origens e dos fundadores dos conhecimentos dentro de suas próprias disciplinas, como a etnologia para a sociologia, ou a história do ensino de filosofia dentro da filosofia. O historiador François Hartog explica essa vinculação crescente com a memória a partir de nossas relações com o passado, presente e futuro, que o autor denomina “regimes de historicidade”:

Eu o compreendo [o regime de historicidade] como uma *formulação sábia da experiência do tempo que, em retorno, modela nossos modos de dizer e de viver nosso próprio tempo*. Um regime de historicidade abre e circunscreve um espaço de trabalho e de pensamento. (HARTOG, 1997, p.08, grifo nosso).

A respeito desses regimes, Hartog destaca em seus trabalhos os anos 1789 e 1989. Segundo o autor, da antiguidade a meados do século XVIII, predominava a “*historia magistra vitae*” ou “*história mestra da vida*”, na qual o passado se destacava como exemplar, suas experiências deveriam ser modelo: “[...] a relação entre o passado e o futuro era dominada ou regulada por referência ao passado, com o futuro não reproduzindo o passado, mas não indo além [...]”. (HARTOG, 2003, p.12). A partir de 1789, após a Revolução Francesa, Hartog defende o início de um regime moderno de historicidade, no qual o futuro torna-se referencial e o passado, obsoleto: “A palavra-chave é progresso, História é entendida como processo e tempo como se direcionando a um fim (progressão)”. (HARTOG, 2003, p.11). A historiografia adquiriu características teleológicas. De fato, ao longo do século XX, a ênfase no progresso e a expectativa no futuro são ampliadas, derivadas do contexto das revoluções econômicas e tecnológicas, como atestamos, por exemplo, no primeiro capítulo, no discurso de inauguração do próprio Cadeião presente no jornal “Paraná Norte”.

No entanto, conforme demonstra a própria história de nossa cadeia, o progresso traz consequências, apresenta falhas, e o futuro é passível de decepção, deslumbrando as utopias. Assim, no decorrer dos anos do século anterior, o

presente adquiriu notoriedade crescente até se impor ao futuro — marcado como definitivo em 1989²⁷ —, consolidando o “presentismo”. Hartog (2003) apresenta como sinais dessa hipertrofia do presente a exacerbada valorização da juventude e das “técnicas que tendem a suprimir o tempo”, como os computadores e celulares que desenvolvem um número de funções cada vez maior e em velocidades crescentes. Aliás, justamente nesse contexto a historiografia desenvolveu a “história do tempo presente”, que outrora discutimos neste trabalho.

A “onipresença do presente”, todavia, incomodava, “Como se fosse incapaz de preencher a lacuna, que ele mesmo abriu, entre a experiência e o horizonte de expectativa” (HARTOG, 2003, p.30). A experiência e o horizonte de expectativa descritos podem ser compreendidos como referências, respectivamente, ao passado e ao futuro²⁸. Desse modo, Hartog aponta como as falhas do presentismo na sociedade, que são igualmente reflexos de sua presença, a ênfase nas questões identitárias, a “busca por raízes” e a ansiedade com relação à memória, exemplificadas (além dos itens citados por Nora) nas excessivas comemorações e no “boom patrimonial”. Falhas representativas do “mal-estar moderno”, em uma sociedade

[...] que se afirma com os períodos de rápida mudança e que se caracteriza como uma reação à suposta perda de valores e de referências culturais do passado. Ou seja, a resistência ao avassalador ritmo da mudança, introduzido pela modernidade, poderá ter sido um dos fatores que conduziu a um aumento generalizado da atração pelo passado e à difusão de museus, bem como de sociedades de história e arqueologia e ao interesse acadêmico pelo estudo sistemático do passado. (MERRIMAN, 1991 *apud* ALMEIDA; FARIA, 2006, p.127)

Além disso, “a *mundialização dos valores e das referências ocidentais* contribuiu para a *expansão ecumênica* das práticas patrimoniais” (CHOAY, 2006, p.207). No entanto, a ânsia do presente pela memória e, por conseguinte, pela patrimonialização, gerou críticas diversas a essa prática, considerada muitas vezes leviana. Diante de tantas referências à memória, o desafio coloca-se quanto a que preservar, quem as escolheria e como legitimar tais bens. A autora Françoise Choay (2006) argumenta também que o recente consumo cultural dos bens patrimoniais

²⁷ Hartog apresenta o ano de 1989 como simbólico do fim do “futurismo”, ou regime moderno de historicidade, em decorrência da queda da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e, em consequência, da expectativa que trouxera o socialismo com as revoluções.

²⁸ “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa” são expressões utilizadas pelo teórico alemão Reinhart Koselleck. François Hartog desenvolve seu trabalho na esteira da obra “Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos” (2006), de Koselleck.

associado ao turismo contribui para a destruição dos mesmos, seja colaborando com a deterioração de sua qualidade material ou inclusive através das práticas de restauração e reutilização que, no intuito de modernizar os espaços a fim de integrá-los à vida contemporânea e atrair público, descaracterizam o patrimônio. Essa descaracterização não ocorre apenas em sua estrutura física, mas igualmente nos propósitos desse bem, que se torna parte da indústria cultural. Embora essa “indústria patrimonial” auxilie alavancando o turismo e a economia de muitas cidades, nessa perspectiva o turista torna-se prioridade em detrimento das populações locais ou não privilegiadas e, em consequência, de suas atividades tradicionais, cotidianas: “Todo monumento tem agora como complemento uma boutique, [...] que vende suvenires diversos, roupas, objetos domésticos ou produtos alimentícios”. (CHOAY, 2006, p.218).

A integração dos bens patrimoniais na dinâmica social vigente é necessária, não há dúvidas. Proteger o patrimônio não implica em isolá-lo da comunidade ou conservá-lo em suas condições originais a ponto de permitir que o tempo o destrua. Todavia, no intuito de evitarmos os perigos já citados que o consumo cultural pode trazer, são necessários cuidados tais como controle de fluxo populacional e presença de especialistas da área em processos de restauração e também de reutilização — que consiste em renovar a destinação de um edifício, por exemplo. Tais práticas de *reutilização* são bastante contemporâneas e a “reconversão de edifícios [...] liga-se, ao mesmo tempo, a uma conservação histórica e a uma sadia economia logística” (CHOAY, 2006, p.219-220). A revitalização do antigo Cadeião de Londrina é parte daquele processo, e se insere em políticas mais amplas de renovação e valorização de cidades e conjuntos arquitetônicos antigos, que no Brasil de desenvolveram, sobretudo, a partir da década de 1990.

Arquiteta e Mestre em Conservação e Restauração, Márcia Sant’Anna discorre sobre “Patrimônio e valorização de áreas centrais no Brasil dos anos 90” (2004). Em sua obra, a princípio, a autora esboça um breve quadro das transformações nas ações preservacionistas nacionais ao longo dos anos, que se deslocou da esfera federal para as esferas estaduais e municipais a partir dos anos 1990²⁹. Sant’Anna aponta a valorização da centralidade nas cidades até o acentuado processo de industrialização após os anos 1950, quando o intenso crescimento

²⁹ Para maiores detalhes a respeito desse assunto ver “O patrimônio em processo: trajetória da Política Federal de preservação no Brasil” (1997), de Maria Cecília Londres Fonseca.

urbano provocou a dispersão orientada à periferia. Assim, intervenções de “preservação e requalificação” foram implementadas com

a intenção de dinamizar, intensificar e reforçar a utilização das áreas centrais e do seu patrimônio, bem como transformar o perfil de uso popular que havia se instalado ou que ameaçava se instalar em setores considerados econômica e simbolicamente importantes. (SANT’ANNA, 2004, p.160).

A arquiteta, entretanto, focaliza as transformações em São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador, que são cidades antigas e com grandes contingentes populacionais. No que diz respeito à Londrina, Denise Lezo (2003/2004) constata que, por ser uma “cidade nova”, não houve esse processo de “esvaziamento do centro”. Entretanto, nossa prefeitura igualmente promoveu ações para a revitalização da região central da cidade, especialmente após os anos 2000. São exemplos dessas iniciativas, a higienização e reforma no piso do “Calçadão”, na avenida Paraná, a instalação de um “camelódromo” para a concentração de pequenos comerciantes que outrora não possuíam estabelecimentos adequados — controle da presença popular a partir do “ordenamento do comércio informal”, nas palavras de Sant’Anna —, até as medidas para a revitalização da Rua Sergipe, instituída patrimônio cultural de Londrina, na qual se encontra nossa antiga cadeia pública³⁰. E é importante constatar que “[...] em geral, a revitalização de áreas centrais depende da promoção de novas imagens para locais tidos como decadentes ou de má fama”. (KOTLER *apud* LEZO, 2003/2004, p.11).

No que se refere às “operações de conservação” do patrimônio urbano, a partir dos anos 1990, discorre Sant’Anna (2004, p.165) que “caracterizaram-se [...] pela reciclagem de edifícios e espaços públicos e, [...] pela sua adaptação para novos usos e atividades”, e ainda afirma que essas “intervenções de requalificação” marcaram as preservações nos últimos anos. De fato, o Sesc Cadeião se insere nesse contexto, em decorrência, sobretudo, de sua localização — o espaço obteria tal reforma se estivesse em um terreno periférico, como a atual Penitenciária Estadual de Londrina, por exemplo? Embora muitos não o considerassem patrimônio da cidade, sua transformação era necessária e urgente, por conta de sua deterioração e abandono. Afinal, a antiga cadeia localiza-se no centro e “o imaginário coletivo se constrói no centro. Se a cidade se valoriza, ela valoriza o

³⁰ Tais ações referem-se ao projeto “Nova Sergipe” (2011), de participação da prefeitura de Londrina e dos comerciantes locais. A concessão em comodato do Cadeião foi resultado também desses planejamentos de revitalização da área central e do patrimônio urbano.

centro. Se não se valoriza, o centro se deteriora. E, se o centro está deteriorado, todos pensam que a cidade também está.” (GORAY, 2003, *apud* LEZO, 2003/2004, p.05).

3.1 O “CADEIÃO” E SEU ENTORNO

“Eu tinha o salão aqui. Falaram que o Sesc ia melhorar a região, não melhorou nada. Não mudou em nada. O que tem aí é algo pra comer, mas dizem que é caro”. Esta é a expressão de uma comerciante da Rua Brasil a respeito do prédio em frente ao seu estabelecimento, o Sesc Cultural de Londrina. A partir de sua fala percebemos a expectativa na reforma do velho Cadeião para o melhoramento na área de seu entorno; expectativa já frustrada, na opinião da entrevistada. Apesar das diversas opções pensadas para o espaço durante seus anos de “inércia”, desde muito cedo “optou-se por desenvolver um projeto de reconversão da antiga cadeia, atribuindo-lhe um novo uso, com a finalidade de gerar fluxo e frequência de pessoas, buscando eliminar o estigma de marginalidade atribuído à região”. (LEZO, 2003/2004, p.02).

No que diz respeito à região da antiga cadeia, embora se encontre na atual área central de Londrina, trata-se de uma porção, de fato, marginalizada do centro. Mesmo a comemoração do “Dia da Sergipe” no ano passado (2016), que ocorre desde 2012, não abarcou o final dessa rua, onde está o Sesc Cadeião. Essa condição inferiorizada se deve, conforme Lezo (2003/2004), a fatores como sua localização a extremo nordeste no centro, que era a parte mais baixa na malha original da cidade — já se configurando como periferia ou “não-centro”, portanto —; a malha ferroviária que passava nas suas proximidades, que Lezo define como “áreas de fronteira”, de difícil desenvolvimento; as zonas de prostituição que se instalaram ali e a própria construção da cadeia, que corroborou para a marginalidade do perímetro. Esse estigma permanece até hoje “refletido no subdesenvolvimento da região”, à medida que ainda há prostituição em áreas próximas e o fluxo de pedestres é mínimo, uma vez também que o comércio é “especializado e pouco atrativo para a grande maioria das pessoas, centrado em oficinas mecânicas e autopeças”. (LEZO, 2003/2004, p.19). Além disso, há terrenos pouco aproveitados em seu “potencial construtivo”, utilizados, por exemplo, para estacionamento.

Diante desse quadro, desenvolveram-se os planejamentos para a reforma da antiga cadeia pública, na expectativa que sua transformação modificasse também a imagem do entorno. Afinal, “algumas edificações marcam fortemente o lugar em que

estão inseridas, dando-lhes significado ao entorno” (*Plano Diretor De Preservação Do Patrimônio Cultural De Londrina*, 2003, p.26). Essa afirmação justifica um dos critérios para definir um patrimônio cultural, utilizados pelo “Plano Diretor De Preservação Do Patrimônio Cultural De Londrina”, a saber, a “Identidade do Lugar”. Tomaz Tadeu da Silva (2012) argumenta que identidade e diferença são conceitos interdependentes e que, talvez, a diferença se estabeleça antes da própria identidade.

O senso comum pensa as relações identitárias a partir das semelhanças, daquilo que nos identifica com o outro; mas é justamente a nossa diferença em relação ao outro que nos aproxima de alguém, pois não existem grupos homogêneos. Em uma única afirmação de identidade estão implícitas inúmeras negações de outras identidades, estão implícitas diversas diferenças em relação ao outro. Por exemplo, “Por trás da afirmação ‘sou brasileiro’, deve-se ler: ‘não sou argentino’, ‘não sou chinês’, ‘não sou japonês’ e assim por diante, numa cadeia, neste caso, quase interminável”. (SILVA, 2012, p. 75). O entorno do Sesc Cultural, por sua vez, nega o Cadeião, suas memórias, e deseja marcar a diferença com relação àqueles que ali estavam — aliás, não só o entorno nesse caso, mas também aqueles que presenciaram sua trajetória.

Outra discussão refere-se ao fato de que a identidade e a diferença não existem na natureza, são construções culturais e sociais e, portanto, não são categorias “essenciais”, fixas; ao contrário, são mutáveis, são “atos de criação linguística”. Assim, a prática discursiva institui a identidade e a diferença:

E uma vez que, como num processo, a identificação opera por meio da *différance*, ela envolve um trabalho discursivo, o fechamento e a marcação de fronteiras simbólicas, a produção de “efeitos de fronteira”. Para consolidar o processo, ela requer aquilo que é deixado de fora — o exterior que a constitui. (HALL, 2012, p. 106).

As fronteiras entre “nós” e “eles” são bem delimitadas no que diz respeito à antiga cadeia e aos comerciantes locais, e somente é possível observá-las, de fato, por meio dos discursos na “Folha de Londrina”, em 1994, e dos entrevistados em nossos questionários. A “fala” estabelece a diferença; trata-se, portanto, de um posicionamento: “As identidades são [...] posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós”. (HALL, 2012, p. 112). Desse modo, o conceito de identidade não é essencialista, mas “estratégico e posicional”. A posição de recusa

em alguns comerciantes de ao menos visitar o atual Sesc Cultural é resquício daquelas fronteiras, que ainda não foram superadas.

Se, no entanto, a identidade se edifica a partir do discurso,

[...] a abordagem discursiva vê a identificação como uma construção, como um processo nunca completado — como algo sempre “em processo”. Ela não é, nunca, completamente determinada — [...] no sentido de que ela pode ser, sempre, sustentada ou abandonada. (HALL, 2012, p. 106).

A identificação negativa dos comerciantes do entorno com o espaço da antiga cadeia pode, desse modo, ser modificada a partir do Sesc Cultural — à semelhança de muitos de seus visitantes, que hoje apreciam o lugar transformado; mas memórias traumáticas exigem tempo para serem superadas, algo que discutiremos posteriormente.

Outro aspecto que deriva das discussões identitárias, diz respeito às relações de poder que as envolvem. Conforme Silva (2012, p.81), “elas [as identidades] não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas”. As disputas por espaço, por memória *versus* esquecimento que marcaram o Cadeião, são reflexos dessas relações de poder, que a “naturalidade” com a qual assumimos identidades, posicionamentos, encobre. “Normalizar significa eleger — arbitrariamente — uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. (SILVA, 2012, p.83). A cadeia representava aquilo com o que os londrinenses não queriam se identificar, que os incomodava; pessoas à margem dos valores “morais”, “indignos” da sociedade. É possível mesmo falarmos em uma identidade carcerária como oposição, mas esse assunto exige novos trabalhos.

Ainda que o Cadeião seja objeto de “vergonha” para os comerciantes locais, a cadeia marcou seu entorno, caracterizando o espaço, mesmo que de modo negativo. E, assim, contribuiu para a conformação da identidade do lugar, uma identidade que se explicita pela semelhança entre os comércios, pela condição de marginalidade e que aproxima seus proprietários e proletários a partir de uma memória coletiva trágica. Essa característica já bastaria para elegermos o antigo Cadeião como patrimônio cultural da cidade; mas há também outros fatores. O já mencionado “Plano Diretor De Preservação Do Patrimônio Cultural De Londrina” expõe, além da “identificação do lugar”, outros critérios que definiriam um patrimônio local, tais como

[...] ser pioneiro ou um dos primeiros, ser testemunho de épocas de desenvolvimento da cidade, singularidade da técnica construtiva e material, qualidade espacial ou paisagística excepcional, ser edificação tipo, fatos históricos ocorridos no local, [...] e aplicação de saberes tradicionais. (YAMAKI, 2008, p.09).

O “velho Cadeião” foi a terceira cadeia da cidade, a primeira em alvenaria. Sua construção teve significativo valor afetivo para os cidadãos da época, conforme atestara o periódico “Paraná Norte”, sobretudo porque a antiga cadeia pública foi custeada pela própria comunidade. Embora sua história e desativação tenham sido “desonrosas” para a população local, o edifício fora símbolo e testemunho do “desenvolvimento da cidade” em sua inauguração e em seu funcionamento, respectivamente. Sua arquitetura não apresenta “grandes inovações ou potencial artístico, o qual garantiria, por si só, a necessidade de preservação do prédio” (LEZO, 2002, p.10); todavia, a própria construção da cadeia, em decorrência da necessidade de “manutenção da ordem”, como vimos no início deste trabalho, era um reflexo do progresso e crescimento de Londrina. Em seus mais de cinquenta anos ativado, o “Cadeião” em si tornara-se um “fato histórico”:

Esse preservar da memória não está ligado apenas à conservação de relíquias antigas ou edificações, mas também à preservação de toda uma história, todo um caminho percorrido pela sociedade, desde seus tempos mais remotos até aos dias de hoje, interligando-os pela sua importância nesse processo de contínuo movimento e constante transformação. (TOMAZ, 2010, p.04).

A despeito de a antiga cadeia pública enquadrar-se em todos esses critérios patrimoniais estabelecidos no documento da própria Prefeitura de Londrina em 2003, o edifício não apareceu no livro “Reconhecendo o Patrimônio Cultural de Londrina” (2007). Quatorze anos após a desativação da cadeia, em 2008, enquanto estava “desamparada”, um consultor de vendas ainda indagou:

[...] como pessoas de bom nível cultural podem querer restaurar um lugar que só recebeu tristezas e causou problemas a muitas vidas, dizendo que aquilo é um patrimônio histórico? Não conheço ninguém que vai ter saudades do Cadeião. Vamos demolir aquilo que é um atraso para aquela região da cidade. (*Folha de Londrina*³¹, s/p, 06. set. 2008, grifo nosso).

³¹ CALVI, Lucas. *Folha De Londrina*, Londrina, 06 set. 2008. Folha Opinião, Cartas. Disponível em: <<http://www.folhadelondrina.com.br/opiniao/cartas-653929.html>>.

Constatamos, por meio do trecho anterior, a persistência das lembranças sombrias que representavam o Cadeião, além de ideias a respeito do conceito de patrimônio, que discutiremos a seguir.

Em seu “Guia do patrimônio histórico cultural de Londrina” (2008), o arquiteto Humberto Yamaki faz apontamentos bastante interessantes, nos quais se vinculam a ideia de “patrimônio e atratividade”, e que evitam “lugares comuns” considerados patrimônio da cidade, como o “Zerão” e o “Igapó”. O autor destaca casas de madeira da Vila Cazoni, o perobal do Campus Universitário e até o centro histórico, que embora inclua a Rua Sergipe (mencionada como “pequena Tokyo” em referência às construções de comércio popular), não cita a antiga cadeia pública de Londrina. Conquanto seja um trabalho importante por suas considerações a patrimônios esquecidos ou mesmo despercebidos, nenhum daqueles presentes no “guia” eram “patrimônios sombrios”. Inclusive o cemitério de Heimtal — “o mais antigo das terras da Companhia de Terras do Norte do Paraná” — é relatado “pela riqueza do seu interior”. Dessa forma, é preciso uma releitura de nossos patrimônios a partir de suas significações, e não apenas das boas lembranças e fruições a que remetem.

3.2 PATRIMÔNIO CULTURAL, ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Ao longo do século XX, ainda havia uma perspectiva bastante reducionista em relação ao conceito de patrimônio, como havia em relação à própria historiografia. Considerava-se aquele “[...] apenas no âmbito histórico, circunscrito a recortes cronológicos arbitrários e permeados por episódios militares e personagens emblemáticos [...]” (FUNARI; PELEGRINI, 2006, *apud* FERNANDES, 2011, p.04). Essa perspectiva patrimonial se alterou bastante no decorrer dos anos, desde sua conotação como “herança” na Antiguidade — enquanto “patrimonium”, às suas múltiplas configurações recentemente atribuídas. Diversos autores³² escreveram a respeito desse percurso percorrido pelo patrimônio. No recorte deste trabalho, contudo, não abordaremos tal trajetória. Convém relatar, entretanto, que a Constituição Federal de 1988 ampliou consideravelmente o conceito de patrimônio que vigorava até então e, em seu artigo 216³³, estabelece que:

³² Sobre o assunto, há bibliografias como “Patrimônio Histórico e Cultural” (FUNARI; PELEGRINI, 2006), “A alegoria do patrimônio” (CHOAY, 2006) e “Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII – XXI: do monumento aos valores” (POULOT, 2009).

³³ O artigo 216 pode ser consultado na íntegra na página do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Constituicao_Federal_art_216.pdf>.

“Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I- as formas de expressão; II- os modos de criar, fazer e viver; III- as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV- as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V- os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico”.

O texto constitucional explicita a extensão das possibilidades à patrimonialização de nossos bens; o que, em certa medida, também reflete a preocupação pela memória cunhada no contexto do “presentismo”. Entre os “modos de criar, fazer e viver” estão nosso sistema carcerário, “portador de referência à identidade, ação e à memória”, uma vez que é cultural e característico de nossa sociedade, pois esse sistema se modificou no tempo, apresenta variadas regras conforme o espaço ou mesmo não existe tal qual o concebemos, como em algumas comunidades indígenas. Da mesma forma que o conceito de identidade, tendemos a naturalizar certas práticas sociais ou a própria cidade, não refletindo a respeito de suas contradições e, por conseguinte, não agindo sobre elas — como o sistema prisional.

O professor Ulpiano Bezerra de Meneses (2004) disserta que em nosso dia-a-dia naturalizamos a cidade, relativizando suas crises e mesmo benesses, e, desse modo, nos tornamos passivos diante de seus quadros. É necessário, portanto, que o habitante tome consciência das questões de sua comunidade a fim de que possa atuar nela; essa consciência, segundo o autor, é justamente o que um museu de cidade deve incitar. Em geral, as penitenciárias são isoladas no perímetro urbano, distantes de nosso cotidiano. Relatou um visitante do Sesc a respeito do episódio da demolição da cadeia: “Na época era muito perigoso, ninguém quer. Quanto mais longe melhor”. O Cadeião, no centro de Londrina, era uma realidade bastante visível e conhecida dos londrinenses que ora transitavam pela “Rua Sergipe” — uma das principais ruas de comércio até hoje, ora liam sobre as fugas e prisões que ocorriam naquele espaço através das páginas dos jornais.

Assim, preservado, o Cadeião se mantém no dia-a-dia, e contribui para essa tomada de consciência dos problemas sociais, pois encerra uma memória dolorosa, “memória do infortúnio, que é sempre ‘a ocasião para se colocarem as verdadeiras

perguntas” (CANDAU, 2012, p.151). De fato, outros países têm engendrado na política de criação de “Museus de Prisão”, como os Estados Unidos e a França³⁴ — que debatem seu “patrimônio carcerário”, na expectativa de que esses locais, preservados, possam incitar reflexões a respeito de seus próprios sistemas prisionais. Viviane Borges (2016, p.15) cita outros e incipientes exemplos dessa prática em território nacional, como o Museu Penitenciário, em São Paulo, e o Memorial da Penitenciária de Florianópolis, Santa Catarina. Tais espaços, conforme a autora, destoam da prática comum que é a destruição desses lugares estigmatizados, como ocorreu com o pavilhão nove da antiga Penitenciária de Carandiru, implodido, onde houve o massacre com os detentos em outubro de 1992, repercutido nacional e internacionalmente:

Rememorar atualiza a tragédia, aproxima o passado e presente, impulsiona a atribuição de novos sentidos, tornando a tragédia uma metáfora utilizada para identificar outras prisões superlotadas e com perigo potencial de episódios de violência e rebeliões, chamadas de “novos Carandirus”. (BORGES, 2016, p.23, grifo nosso).

O Sesc Cultural torna-se igualmente essa metáfora à medida que sua arquitetura, com grades nas janelas, corredores estreitos, suas celas preservadas, impressiona, causam impacto as pequenas “cápsulas de memória” do que fora a antiga cadeia, conforme revelou um depoente do questionário: “O que mais gostei foi a parte preservada, as celas especificamente. Por trazer mais perto de nós visitantes uma história longe da nossa realidade. Algo que nunca imaginei ver”. Ao mesmo tempo, as exposições artísticas, o espaço do mezanino com a cafeteria, o cinema, a biblioteca, as oficinas artísticas, as peças teatrais, os shows e palestras do atual Sesc Cultural nos fornecem a “imagem da transformação”, conforme atestaram alguns dos entrevistados: “Depois que se conhece a história, o espaço é ainda mais incrível. Um lugar onde a vida carcerária habitava e hoje é palco de arte e cultura”; “Eu gosto de tudo hoje, *até da cela* que ficou de lembrança. Recordar é viver! O arquiteto foi muito feliz”.

Meneses ainda argumenta que

Para se tornar espaço público assim concebido [para além de sua concepção por acesso e uso público ou o mero domínio

³⁴ Nesse contexto se desenvolve a História Pública, com discussões importantes junto às comunidades como as políticas falidas de encarceramento, e que se consolida no Brasil a partir de 2011. Sobre esse assunto, Viviane Borges recomenda ver SMITH, BERGMAN (2010), THOMPSON (2010) e MORRISSEY; SCHWARZER (2011).

público, conforme aponta o autor], o museu de cidade deve saber como gerenciar não apenas a diversidade [...], como também o conflito — ainda mais que se trata de uma arena de representação, de significados, de valores, em suma de uma arena cultural. Pois *a cultura, aqui exposta, é fruto de escolha humana, e não de uma herança genética*. (MENESES, 2004, p.28, grifo nosso).

O Sesc Cultural não apenas representa o conflito que envolvia a antiga cadeia pública, mas ameniza suas memórias, renova nossos horizontes de expectativas. A citação em destaque exprime a necessidade e a possibilidade de modificarmos nossa atual e deprimente cultura carcerária; necessidade e possibilidade representadas pelo espaço do Cadeião, hoje ressignificado para seu público.

Dos trinta visitantes entrevistados no Sesc, dezenove não vivenciaram ou não se recordam do episódio de 1994. Dos demais, quatro eram indiferentes quanto à demolição, quatro contra e três favoráveis. Mas *todos* os visitantes questionados gostam do ambiente, remetendo a seus espaços ou serviços favoritos. O depoimento de uma museóloga aposentada sintetiza as muitas opiniões e memórias da maioria dos frequentadores do Sesc Cadeião:

“Mudamos para Londrina em janeiro de 1950. Conheci como cadeia e presenciei várias *rebeliões e fugas*, inclusive passando pelo nosso quintal, cuja frente é na Rua Maranhão, com os fundos do terreno voltado para a Rua Sergipe. [...]. É um edifício histórico e foi muito bem aproveitado sendo transformado em um *centro cultural com múltiplas atividades abertas à população de modo gratuito*”.

Quanto aos proprietários e proletários do entorno, dez dos quatorze entrevistados vivenciaram o episódio de 1994, portanto, a maioria; e, entre aqueles dez, 60% já visitaram o Sesc Cultural, com metade desses esboçando opiniões se não descontentes, ao menos relutantes no que diz respeito a destinação do espaço atual: “Acho que deveriam ter construído um centro de menores, não de alta periculosidade, mas desejava que mantivessem a tradição. Pra região o SESC não foi legal, muito mal divulgado”. Os comerciantes do entorno que ainda não visitaram o Sesc dividem-se em suas posições, positivas e negativas, a respeito da impressão do edifício reformado na rua Sergipe. Há, sem dúvida, maior relutância da população de entorno em visitar e/ou aceitar o novo Sesc Cultural — ao contrário de seus visitantes de outras regiões da cidade —, já que que a maioria desse grupo vivenciou de modo muito próximo os anos de sofrimento que marcaram o Cadeião. Assim, defendemos a teoria do filósofo Paul Ricoeur (2007, p.439) de que se deve

“atribuir à impressão o poder de sobreviver, permanecer, durar, e fazer desse poder [...] um princípio autossuficiente de explicação”.

Constatamos que a maioria do *entorno* experienciou vividamente as tragédias na antiga cadeia pública de Londrina. É essencial que esse espaço seja ressignificado também para esses cidadãos. Afinal, alavancar a região, desenvolver o comércio e elevar o valor imobiliário da área fora um dos propósitos das revitalizações na década de 2000. Além disso,

Para sua inclusão no patrimônio, monumentos ou sítios culturais devem ser marcados, em primeiro lugar, com um sinal positivo por indivíduos ou grupos, porque, [...] “trata-se de permitir que determinada população venha a interiorizar a riqueza cultural de que é depositária”. (POULOT, 2009, p.230).

A comunidade, além dos órgãos públicos, é igualmente responsável pelo zelo ao patrimônio, conforme a própria Constituição Federal de 1988³⁵. Por isso é importante que, de fato, nossos bens patrimoniais instituídos apresentem valor para os grupos sociais. À semelhança do Museu Histórico de Londrina, o “Cadeião” não é um edifício tombado e, portanto, legalmente protegido por lei. Foi cedido em comodato ao Sesc, o que significa que, posteriormente, poderia servir a outras finalidades ou mesmo ser demolido, como muitos desejaram após sua desativação. Como avaliar, então, tais posicionamentos dos comerciantes do entorno? Como lidar com eles? Pois “[...] toda recusa de transmissão, é ainda um reconhecimento da ação que essa memória [trágica] exerce no grupo” (CANDAU, 2012, p.130).

3.3 ANISTIA E O “DEVER DE MEMÓRIA”

O patrimônio é “sempre resultado de um processo consciente de seleção” (POULOT, 2009, p.230), e essa seleção acompanha as construções do sentido de identidade em diversas épocas e para variados grupos sociais. Em outras palavras, podemos considerar o patrimônio como reflexo da “mobilização da memória a serviço da busca, da demanda, da reivindicação da identidade” (Ricoeur, 2007, p.94). Um bem patrimonial é uma representação pública de memórias com as quais nos identificamos e mais que isso, memórias com as quais queremos ser identificados, lembrados. Ora, não queremos nossa identidade atrelada a heranças negativas, dolorosas, que nos incomodam. Por isso, em geral, os bens selecionados

³⁵ Artigo 216, § 1º: “O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação”. (CF/1988).

se relacionam a memórias vitoriosas, orgulhosas. Escolhas que sofrem a intervenção das ideologias vigentes, agimos a partir destas. Novamente, a defesa da “ordem e progresso” vigorava no discurso de muitos londrinenses no que diz respeito ao Cadeião, é a imagem positiva que sempre desejamos refletir. Nesse sentido, o esquecimento, a partir da destruição da antiga cadeia, seria útil à medida que “pode ser o êxito de uma censura indispensável à estabilidade e à coerência da representação que um indivíduo ou os membros de um grupo fazem de si próprios.” (CANDAUI, 2012, p.127).

Ricoeur discorre sobre esse “esquecimento programado” ou a deliberada “manipulação da memória” através dos processos de anistia. Segundo o autor, esse procedimento judicial interrompe a violência civil, devolvendo estabilidade às desordens políticas, acalmando os ânimos. Contudo, há uma linha tênue entre anistia e amnésia. Sob o “pretense de esquecimento” estaria uma “amnésia comandada” que então não encontraria culpados e, desse modo, “a memória privada e coletiva seria privada da salutar crise de identidade que possibilita uma reapropriação lúcida do passado e de sua carga traumática”. (RICOEUR, 2007, p. 462). Exemplos recentes desse assunto têm sido discutidos a nível não apenas político, mas patrimonial, como é o caso da anistia nos processos de ditaduras militares ocorridos na América Latina. A consolidação democrática nesses países exige não apenas uma democratização política, mas igualmente “[...] econômica, a dos saberes e fazeres, da educação e dos meios de produção da cultura e da memória [...]”. (BENCHETRIT; BEZERRA; CHAGAS, 2008, p.10). Democratizar memórias tornou-se, nos últimos anos, questão de justiça social, sejam elas de minorias excluídas ou de fenômenos dolorosos, com histórias de suas vítimas. Por isso evocamos no presente o que alguns autores denominam “dever de memória”.

A partir disso, no que se refere à ditadura militar brasileira por exemplo, após a década de 1990, o Brasil passou a adotar políticas visando “reparar e reconhecer a responsabilidade do Estado pelo sofrimento submetido a milhares de brasileiros por parte dos órgãos de repressão política”. (SANTOS, 2014, s/p). A instituição da Comissão Nacional da Verdade em 2011 — cujo objetivo era investigar as violações aos direitos humanos na época do governo militar — é resultado desse processo,

bem como o projeto do Museu de Direitos Humanos do Mercosul³⁶. A Comissão da Verdade encontrou diversas resistências, com acusações de “revanchismo” e argumentos de que seria prejudicial à nação abrir as “velhas feridas”. De fato, muitos responsáveis pelas torturas e transgressões aos direitos humanos ainda estão vivos, por isso o incômodo, a revolta. O episódio de 1994 no Cadeião de Londrina representou essa busca da população local por anistia, em decorrência de tudo o que se permitiu no espaço, como as denúncias no jornal “Folha de Londrina” demonstraram. E mais,

“O que inspira tais apelos não é apenas a divergência quanto ao que ocorreu no passado e o que teria sido esse passado, mas também a incerteza se o passado é de fato passado, morto e enterrado, ou se persiste, mesmo sob outras formas”. (SAID, 1995, *apud* AZEVEDO; CATÃO; PIRES, 2009, p.08)

Demolir ou descaracterizar o espaço, contudo, não apagaria as memórias sombrias daqueles que presenciaram suas tragédias, não aliviaria a “censura do consciente”.

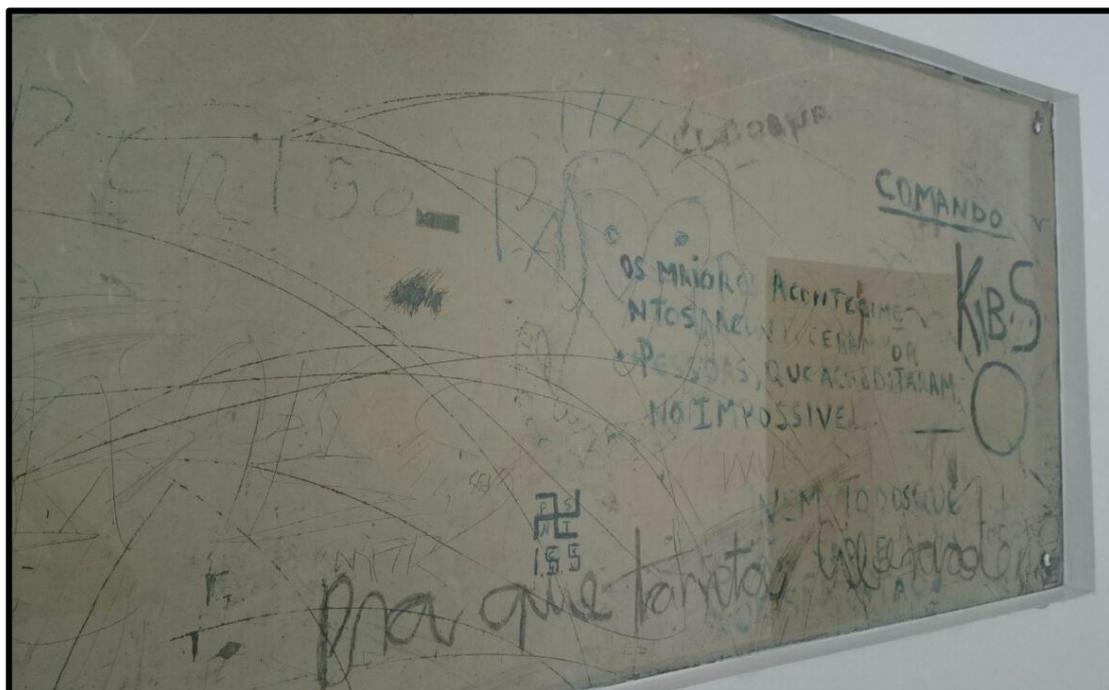
Por meio de sua proposta de utilizar as categorias da análise clínica da psicanálise para estudar a memória coletiva, Ricoeur argumenta que a reconciliação do enfermo com o recalado (ou, em nosso recorte, da população local com suas memórias traumáticas) é possível apenas se o paciente buscar essa reconciliação, se não mais desconsiderar ou rejeitar sua doença, mas aceitá-la como parte de si, “cuja presença é muito motivada e na qual convirá colher dados preciosos para sua vida ulterior” (RICOEUR, 2007, p.84). Ou seja, aceitar a trajetória do Cadeião como parte de nossa história e, a partir disso, refletir sobre ela, é a fórmula através da qual podemos lidar com nossas lembranças dolorosas e, assim, superá-las, amenizá-las. Desse modo, seremos, de fato, progressistas. Patrimonializar o Cadeião é a ponte que nos permite essa reconciliação, é um modo de “extrair das lembranças traumatizantes o valor exemplar que apenas uma inversão da memória em projeto pode tornar pertinente”. (RICOEUR, 2007, p.99).

O antigo Cadeião possui grande capacidade “de despertar emoções — eu diria de guardar, mas, sobretudo, de mostrar sensações e sentimentos, pensamentos e sonhos, sob a forma de matéria” (BITTENCOURT, 2009, p.20). A materialidade das celas e das grades, em sua referência própria a condições marginais, violentas, possui um forte apelo afetivo. O “Espaço Memória” do Sesc

³⁶ SANTOS, Márcio Tavares dos. História, memória e identidade: Como fazer um museu. In: *Autos & Baixas*, Revista da Justiça Federal do Rio Grande do Sul, v.1, n.1, 2014.

Cultural, por invocar não apenas um passado trágico, mas, sobretudo, um presente conflituoso, induz à imaginação e à reflexão daquela realidade anterior de modo mais incisivo, dramático, tornando a “ausência dos corpos” — ali antes residentes, ainda mais presente.

Imagem 3 - Parede original do Cadeião, protegida com vidro emoldurado.



Fonte: O próprio autor, jan./2017.

Por isso concordamos que o patrimônio é sempre uma categoria ambígua, que “transita entre o material e o imaterial”, portando significados diversos. Tal aspecto da antiga cadeia pública é essencial, pois a decisão dos agentes de Estado ou o desejo de pequenos segmentos sociais em preservar determinados bens não implica em seu reconhecimento pela população. É necessário que o patrimônio encontre “ressonância” junto ao seu público:

“Por ressonância eu quero me referir ao poder [...] de evocar no expectador as forças culturais complexas e dinâmicas das quais ele emergiu e das quais ele é, para o expectador, o representante”.
(GREENBLATT, 1991, *apud* GONÇALVES, 2005, p.19).

Portanto, o intuito dos bens patrimoniais não é ser apenas “objetos de contemplação”. Nesse sentido, autores como Batistina Corgozinho argumentam também que os museus devem ser revitalizados através da divulgação de acervos e de pesquisas relativas a eles, bem como promoção de serviços e atividades

diversas, tais quais exposições, leituras, apresentações, cafés, atividades de lazer, enfim, ações que “garantam a presença da população no interior desses museus”. (CORGOZINHO, 2009, p.78). A fim de garantir essas proposições, a autora, pressupondo a realidade brasileira, defende a articulação dessas instituições com a iniciativa privada, uma vez que os recursos governamentais para tais finalidades são escassos, insuficientes na maioria dos casos. Daí também a iniciativa do Sesc Cultural ser “bem-vinda”, uma vez que garante programações como as propostas pela autora, aliviando os custos governamentais e garantindo a preservação e promoção do patrimônio.

No que diz respeito a essa divulgação, a instituição distribui em seu espaço folders contendo a programação das atividades habituais, os eventos artísticos, como teatro e música, e outro demonstrando os espaços para os visitantes. Além disso, possui um site no qual inclui suas programações e envia e-mails correntes com a programação semanal para aqueles que cadastram seu endereço no atendimento. Esporadicamente, a rede de televisão local anuncia seus eventos. Apesar disso, há aqueles que reclamam da divulgação do espaço: “Falta um pouco de divulgação, mais pra quem já está acostumado com o Sesc. Deveriam fazer divulgação nas escolas, as crianças contam aos pais e desmitificariam a imagem ruim”. Um dos entrevistados do entorno se quer sabia do cinema gratuito que é oferecido, por exemplo, contendo filmes que se deslocam do “padrão hollywoodiano” presente nos demais cinemas da cidade — conforme pode ser conferido na imagem a seguir:

Imagem 4 - Programação Sesc Cultural, trecho recortado.

Informativo semanal
Programação Cultural de 03/01 a 08/01

Fecomércio PR
Sesc Senac 1990

Sesc

Sesc Cadeião Cultural

CINEMA



Asterix e o Domínio dos Deuses | Dir. Louis Clichy
06/01 a 08/01 às 16h • Livre • 86min • 2014
• França • O imperador romano Júlio César sempre quis derrotar os irredutíveis gauleses, mas jamais teve sucesso em seus planos de conquista. Até que, um dia, ele resolve mudar de estratégia. Só que a dupla Asterix e Obelix não está nem um pouco disposta a cooperar com os planos de César.

Gratuito, mediante retirada de ingresso a partir de 1h de antecedência

CINEMA



Quando meus pais não estão em casa
Dir. Anthony Chen
06/01 às 20h | 07/01 às 14h | 08/01 às 11h • 12 anos
• 99min • Singapura • 2012 • Singapura, 1997. A rotina da família Lim é modificada com a chegada de Terry, empregada doméstica que foi para a cidade sonhando com uma vida melhor. Encarregada de cuidar do filho do casal, ela desenvolve uma relação íntima com o menino.

Gratuito, mediante retirada de ingresso a partir de 1h de antecedência

Fonte: Sesc Cadeião Cultural, via e-mail, 30.12.2016.

De fato, o movimento diário no espaço ainda é pequeno e, como vimos, ainda bastante restrito a determinados grupos de prestígio social. Talvez sejam necessárias ações mais pontuais de divulgação do Sesc, sobretudo em relação a seu entorno. Ações conjuntas também, integradas com outros centros culturais, como o Museu Histórico de Londrina e o Museu de Artes, conforme propõe o historiador Ulpiano Menezes. Nos processos de revitalização, afinal,

“[...] por um lado é vital a construção da confiança no processo e no lugar, o que é sempre dependente de ações integradas, contínuas e constantes, monitoradas pelo poder público. Por outro lado, essas estratégias são dependentes de agentes catalisadores de revitalização, dinâmicas e de forte apelo, constituindo-se num “diferencial” e no “gancho” inicial (não diferente do conceito de âncora no shopping center), contribuindo ativa e intensamente na construção da nova imagem e na atração de novos usuários e investimentos. (KOTLER *apud* LEZO, 2003/2004, p.11).

3.4 SESC CULTURAL: RECONCILIAÇÕES, RESSIGNIFICAÇÕES

O Sesc Cultural é, de fato, um ambiente atrativo para seus visitantes. Um dos entrevistados resume: “Eu gosto da variedade cultural, de num mesmo espaço

encontrar cinema, teatro, exposição, oficina. E essa possibilidade de reunir adultos e crianças, muito interessante”. Em decorrência de sua arquitetura e de suas “cápsulas de memória” referentes ao antigo Cadeião, podemos caracterizá-lo, ainda, como um “lugar de memória”, uma vez que reúne, simultaneamente, sentidos material, simbólico e funcional. Em seu cotidiano, a partir de suas atividades e de seus visitantes, pode ser constantemente ressignificado, e

[...] a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para [...] prender o máximo de sentidos, num mínimo de sinais, é claro, e é isso que os torna apaixonantes: que os lugares de memória só vivem de sua aptidão para metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações. (NORA, 1993, p.22).

Atestamos esse apelo afetivo do Cadeião à medida que há quem ainda se sinta desconfortável ao visitar o espaço reformado, mesmo lhe atribuindo elogios: “Gosto do pátio, acho confortável e convidativo, [...], proporcionando um evento prazeroso. Mas apesar de vir a vários eventos, não tive nem coragem e nem vontade de adentrar a parte da carceragem”. É claro, a reconciliação, discutida acima, dos londrinenses com as memórias do Cadeião não acontecerá imediatamente, conforme é perceptível nos depoimentos, pela simples transformação do espaço; ela requer tempo. Tempo este que Ricoeur denomina “tempo de luto”, no qual se exercita o trabalho com a lembrança: “[...] o trabalho de luto se revela custosamente, mas também reciprocamente, libertador”. (RICOEUR, 2007, p. 86). O Sesc Cultural, reiteramos, possibilita esse diálogo com as memórias trágicas da “velha cadeia”; e um lugar de memória como este, que “inspira reflexão”, permite a formação de uma consciência crítica e, com ela, a perspectiva de justiça social devida àquela minoria marginalizada do antigo Cadeião. De fato, a revitalização desse espaço se insere em nossas recentes mobilizações por “dever de memória”, o que justifica sua manutenção enquanto tantos outros edifícios históricos em Londrina foram derrubados. Uma das motivações desses processos de salvaguarda característicos, além do desejo de reparação,

tiene que ver con lo que se espera de un museo de la memoria, [...] traer del pasado los elementos para que el sujeto, movido por la experiencia pretérita, pueda hacer frente a las violencias del presente, identificando y transformándose en crítico de las diversas formas con las cuales la violencia se reviste en las

sociedades contemporâneas. (FERREIRA; SOSA, 2014, p.113).

Trata-se de uma reformulação do conceito clássico de patrimônio, no qual não se pretende representar “toda a sociedade” — como, aliás, nenhum museu é capaz de fazer — ou representá-la com uma identidade homogênea, ou mesmo representar a diversidade de identidades reivindicadas por minorias, como atuam as políticas patrimoniais mais recentes. O Cadeião, enquanto patrimônio, busca representar aqueles que são desconsiderados nas relações sociais, entre os grupos hegemônicos do poder. Não havia depoimentos de detentos nos jornais, não lhes foi perguntado o que fazer com aquele espaço. Preservá-lo, graças a uma minoria de estudantes e alguns políticos de intenções pouco patrimoniais, significou manter a história daquelas pessoas e, por conseguinte, parte importante da história de Londrina, viva nas gerações presentes e futuras. Demoli-lo acarretaria o

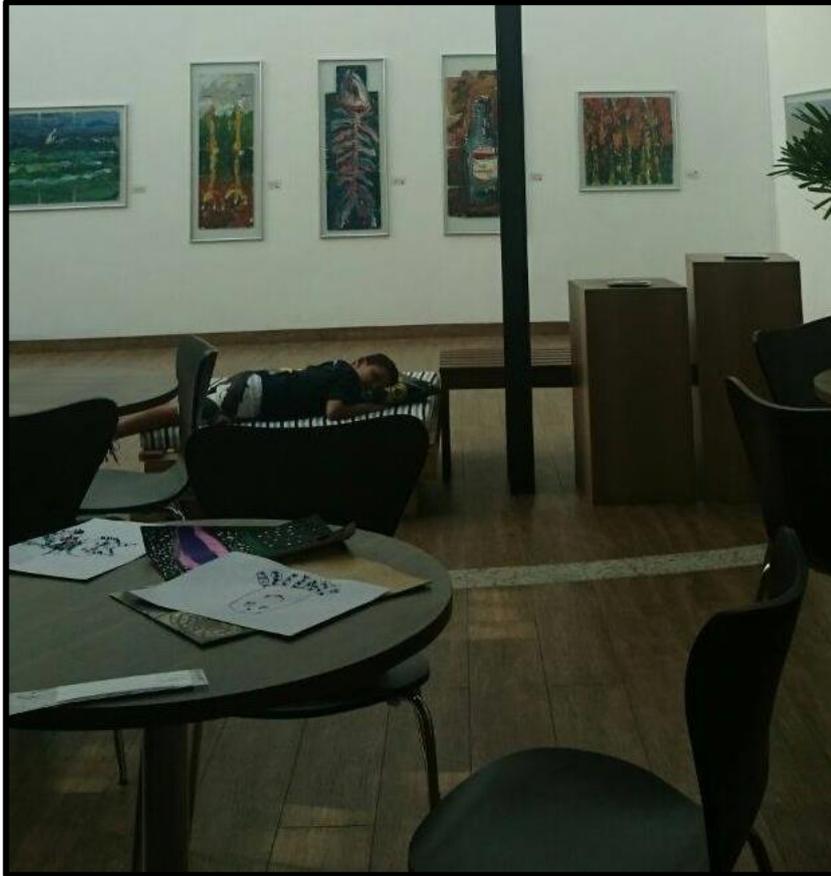
[...] mesmo tipo de responsabilidade que a imputada aos atos de negligência, de omissão, de imprudência, de imprevidência, em todas as situações de não-agir, nas quais, posteriormente, uma consciência esclarecida e honesta reconhece que se devia e se podia saber ou pelo menos buscar saber, que se devia e se podia intervir.” (RICOEUR, 2007, p. 456).

Para explicitar essas memórias sombrias, como das ditaduras na América Latina, um dos obstáculos se refere ao “como fazer”, a forma pela qual se deve trabalhar essas lembranças traumáticas em um museu ou um memorial, a fim de que não se tornem mero exibicionismo — como os diversos programas policiais na televisão com suas vítimas, ou mesmo os noticiários quando reportam eventos trágicos. As memórias do Cadeião atreladas às atividades culturais, às exposições artísticas, ao café no Sesc Cultural, são exemplo de bom senso nesse sentido, nos transmitem as tristes recordações da antiga cadeia de maneira humanizada, e nos permitem vislumbrar novos “horizontes de expectativas”, conforme corrobora um de nossos entrevistados acerca do mezanino, espaço onde antes os detentos tomavam “banho de sol”: “A história, é uma coisa muito legal. A prova viva de que não importa o local, a história pode transformar. Aqui tinha sol, é muito diferente de luz”.

Enfim, a partir do Sesc Cadeião Cultural — atestam os questionários e a própria imagem a seguir, a antiga cadeia pública de Londrina foi ressignificada, sobretudo para muitos daqueles que recordam a situação em que esteve em seus mais de cinquenta anos em funcionamento. Tornou-se, de fato, patrimônio afetivo para os londrinenses: “Eu gosto de tudo, das atividades para as crianças,

principalmente a leitura, eles estimulam bastante. A parte das exposições, de tudo! É um lugar bonito de ficar, gostoso!”.

Imagem 5 - Solário



Fonte: o próprio autor, jan./2017.

Àqueles que ainda rejeitam suas memórias e sua atual transformação, a história do tempo presente “... mais do que qualquer outra, é por natureza uma história inacabada: uma história em constante movimento, refletindo as comoções que se desenrolam diante de nós e sendo, portanto, objeto de uma renovação sem fim.” (BEDÁRIDA apud BORGES, 2012, p.07).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos compreender, a partir dessa narrativa, de que modo as memórias negativas do Cadeião influenciaram no desejo de demolição desse edifício. E igualmente analisar a persistência dessas memórias e se elas interferem sob a ótica com a qual nossos entrevistados avaliam o atual Sesc Cultural. Simultaneamente a essas questões, visamos também compreender em que medida o “novo Cadeião” pode ser considerado patrimônio cultural londrinense, a partir de discussões atuais a respeito do conceito. Em síntese:

A patrimonialização de campos de concentração, prisões e Hospícios, a configuração de sítios de consciência, de espaços que procuram rememorar tragédias, mostra-se como consequência da expansão da noção de patrimônio e de políticas de memória que procuram garantir a preservação como uma forma de reconciliação com um passado doloroso, que ainda reverbera no social. (BORGES, 2012, p.01).

É importante destacar que desenvolvemos no presente trabalho recortes temporais, temáticas e discussões específicas e, portanto, muitas histórias do Cadeião ainda são possíveis e necessárias, em especial porque esse “lugar de memória” se insere na historiografia local. Há alguns anos, a história local ascendeu em importância no contexto dos estudos historiográficos e a cidade de Londrina se incluiu nesse processo.

Na perspectiva pedagógica, o estudo do referido recorte espacial contribui para os propósitos do ensino de história à medida que, por sua proximidade com o cotidiano dos alunos, auxilia na análise de dados econômicos, sociais, culturais, enfim, na “leitura social”. O “Cadeião”, por exemplo, se encontra ao final da Rua Sergipe com sua fachada em frente à Avenida “Leste-Oeste”, duas referências bastante notáveis em Londrina. O estudo de espaços locais também auxilia na percepção de continuidades e mudanças, rupturas e particularidades, relativizando, portanto, ideias comuns de uma “história homogênea” ou “vencedora” como a “Londrina pioneira”³⁷.

Além disso, tal qual o museu de cidade, a historiografia local insere o indivíduo em sua comunidade, o instiga para os problemas citadinos. Fato que contribui na formação de identidades próprias. Ao representar uma memória, sobretudo dolorosa, o Cadeião explicita uma realidade local e, ao mesmo tempo,

³⁷ ADUM, Sonia. *Imagens do Progresso: civilização e barbárie em Londrina (1930 – 1960)*. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, UNESP -Assis – São Paulo, 1997.

nos incita a refletir sobre o próprio presente, a violência e as esperanças desse presente. E, nesse sentido, se torna também uma historiografia universal. Embora bastante incipiente, a história de Londrina deve ser valorizada, contestada, transformada. E nosso velho “Cadeião”, por sua importância e notoriedade no município, não deve ser excluído dessa historiografia. Estudar sua história nos estimula a pensar nosso sistema penal e carcerário. Quais suas finalidades, contribuições e se ainda é legítimo, uma vez que esse sistema tem sido bastante questionado em decorrência do número acentuado de presidiários, precariedade estrutural das cadeias, violação dos direitos humanos e corrupção de policiais — são algumas das considerações possíveis.³⁸

Atualmente, observamos a presença imperativa de unidades policiais nas favelas cariocas, “justiceiros” civis impondo danos físicos aos criminosos ao invés de recorrer às devidas autoridades, discussões quanto a maioria penal, políticos corruptos em prisão domiciliar ou “inocentados”, e a cadeia como “lugar de passagem”, com vários reincidentes. Desse modo, a ilegalidade, a violência e as medidas para contê-las são temas destacados em nossa sociedade. Em todas as eleições, nas campanhas políticas, candidatos prometem “mais presídios” ou “mais policiais”, no entanto, tais medidas resolveriam nossos problemas? Não é, ou deveria ser, o propósito das cadeias a reconstrução ética dos indivíduos a fim de ressocializá-los? E, nesse caso, o objetivo da política pública não deveria se concentrar em reduzir as prisões, bem como a necessidade de policiamento? A transformação de uma antiga cadeia de Londrina (que se pretendia demolir) em centro cultural é bastante sugestiva nesse sentido, pois nos permite refletir as problemáticas elencadas e maneira mais profunda, contribuindo, assim, com a história e o “presente” social:

[...] esquecimentos, lembranças encobridoras, atos falhos assumem, na escala da memória coletiva, proporções gigantescas, que apenas a história, e mais precisamente, a história da memória é capaz de trazer à luz. (RICOEUR, 2007, p.455).

³⁸ No decurso da execução dessa monografia, o sistema carcerário reaparece como discussão nas mídias brasileiras em um contexto de grave crise penitenciária no Brasil. Destacaram-se rebeliões e massacres nas regiões norte e nordeste, os últimos orquestrados pelos próprios presidiários. São outros “Carandirus”.

REFERÊNCIAS

FONTES

NEM TODOS QUE ESTÃO SÃO, NEM TODOS QUE SÃO ESTÃO (DOC.). Direção: Kiko Goifman. Londrina: Kinoarte, 2005.

FOLHA DE LONDRINA, 1993-1994/2008.

LEI Nº 11.068 DE 9 DE NOVEMBRO DE 2010. Desafeta de uso comum do povo e/ou especial áreas de terras localizadas no Conjunto Habitacional Jácomo Violin e no Centro, e autoriza o Executivo a transferi-las ao Serviço Social do Comércio – Sesc, Administração Regional no Estado do Paraná, através de doação e permissão de uso, respectivamente, e dá outras providências. **Imprensa Oficial do Município de Londrina**. Londrina, PR, v. XIII, n. 1413, 12 nov. 2010, p.02.

QUESTIONÁRIOS. Pesquisa aplicada com público do Sesc Cadeião Cultural e com os comerciantes do entorno do edifício.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Renata; FARIA, Margarida Lima de. “Identidade” e o lugar do “patrimônio” num mundo crescentemente cosmopolita. In: **Comunicação & Cultura**, Lisboa, n.1, p. 117-133, 2006.

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. Trad. Jacy Alves de Seixas. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs.). **Memória e (res)sentimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001. p. 15-36.

AZEVEDO, Flávia Lemos de; CATÃO, Leandro Pena; PIRES, João Ricardo Ferreira. Cultura, patrimônio e memória: o museu como local de cidadania, identidade e desenvolvimento social. In: _____ (orgs.). **Cidadania, memória e patrimônio: as dimensões do museu no cenário atual**. Belo Horizonte: Crisálida, 2009. p. 05-16.

BENCHETRIT, Sarah Fassa; BEZERRA, Rafael Zamorano; CHAGAS, Mario de Souza. Sobre o Seminário Internacional e sua proposta no ano de 2008. A democratização da memória: a função social dos Museus Ibero-Americanos. In: _____ (orgs.). **A democratização da memória: a função social dos Museus Ibero-Americanos**. Livro do Seminário Internacional “A democratização da memória: a função social dos Museus Ibero-Americanos”. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008. p. 09-14.

BERNSTEIN, Serge; MILZA, Pierre. Conclusão. In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTARD, Philippe. **Questões para a história do presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999. p. 127-130.

BITTENCOURT, José Neves. As coisas dentro da coisa: observações sobre museus, artefatos e coleções. In: AZEVEDO, Flávia Lemos de; CATÃO, Leandro Pena; PIRES, João Ricardo Ferreira (orgs.). **Cidadania, memória e patrimônio: as dimensões do museu no cenário atual**. Belo Horizonte: Crisálida, 2009. p.17-31.

BORGES, Viviane Trindade. “A nossa sociedade produziu esse tipo de instituição”: a reforma psiquiátrica e a constituição de lugares de memória e de resistência. In: **VI Simpósio Nacional de História Cultural Escritas da História: Ver – Sentir – Narrar**, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2012. p. 01-09.

_____. Carandiru: os usos da memória de um massacre.

In: **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 8, n. 19, p. 04 - 33. set./dez. 2016.

BORGES, Viviane; SERRES, Juliane. Memória, sofrimento e apartação: a patrimonialização de instituições de isolamento. In: **II Seminário Internacional História do Tempo Presente**, 2014, Florianópolis-SC, Anais do II Seminário Internacional História do Tempo Presente, Florianópolis, Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), out./2014, p.01-16.

CANDAU, Joël. Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade. In: **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.1, n.1, p. 43-58, dez.-mar. 2010.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Tradução Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2012.

CEZAR, Pedro Henrique; GONÇALVES, Kawanni dos Santos. Antiga cadeia pública de Londrina: patrimônio e ressentimento. In: **XXI Semana de História, VIII Fórum de Pós-Graduação em História e III Fórum de Licenciatura em História**, 2016, MARINGÁ. ANAIS da XXI Semana de História, VIII Fórum de Pós-Graduação em História e III Fórum de Licenciatura em História, Maringá, 2016. p. 1172-1181.

CHAUVEAU, Agnès; TÉTARD, Philippe. **Questões para a história do presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999. p. 7-37.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 3.ed. São Paulo: UNESP, 2006.

CORGOZINHO, Batistina Maria de Sousa. Dimensões do museu no cenário atual e o acervo do Museu de Divinópolis/MG. In: AZEVEDO, Flávia Lemos de; CATÃO, Leandro Pena; PIRES, João Ricardo Ferreira (orgs.). **Cidadania, memória e patrimônio: as dimensões do museu no cenário atual**. Belo Horizonte: Crisálida, 2009. p.76-88.

DAHÁS, Nashla. Encarcerar: ilusão penal ou necessidade social? In: **Revista de História da Biblioteca Nacional**, v.11, n.121, out./2015.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Da identidade nacional à diversidade cultural: novos paradigmas para a preservação do patrimônio histórico. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, jul./2011. p. 01-15.

FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi; SOSA, Ana Maria. Memoria musealizada: un estudio sobre los procesos de patrimonialización de memorias traumáticas en Uruguay y Brasil. In: **Revista Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v.7, n.1, 2014. p. 109-130.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, jan/jun 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Laís Teles Benoir. São Paulo: Centauro, 2004.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: In: HALL, Stuart; SILVA, Tomaz Tadeu da; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais**. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p.103-133.

HARTOG, François. O tempo desorientado. Tempo e História. "Como escrever a história da França?". In: **Anos 90**, Porto Alegre, n.7, p.07-28, jul./1997.

_____. Tempo, História e a Escrita da História: a ordem do tempo. In: **Revista de História**, São Paulo, nº. 148, p. 09-34, 1º sem./2003.

JANUZZI, Denise de Cássia Rossetto. O desenvolvimento de Londrina e as transformações nos espaços públicos da região central. In: **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v.26, p. 87-94, set./2005.

LEZO, Denise. **Antiga Cadeia Pública de Londrina: do Cárcere ao Cinema**. 2003/2004. Trabalho de Conclusão do Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) — UEL, Londrina, 2003/2004.

_____. Proposta de Revitalização da Antiga Cadeia Pública de Londrina através da Metodologia da Problematização. In: **XI EAIC - Encontro Anual de Iniciação Científica**, 2002, MARINGÁ. XI EAIC - Encontro Anual de Iniciação Científica, 2002.

MAGALHÃES, Leandro Henrique. **Rua Sergipe: patrimônio cultural londrinense**. Londrina: Editora UniFil, 2012.

MENESES, José Newton Coelho. Memória e historicidade dos lugares: uma reflexão sobre a interpretação do patrimônio cultural das cidades. In: AZEVEDO, Flávia Lemos de; CATÃO, Leandro Pena; PIRES, João Ricardo Ferreira (orgs.). **Cidadania, memória e patrimônio: as dimensões do museu no cenário atual**. Belo Horizonte: Crisálida, 2009. p.32-45.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. O museu de cidade e a consciência de cidade. In: SANTOS, Afonso Carlos Marques dos; KESSEL, Carlos Guimarães; GUIMARAENS, Cêça (org.). **Museus & Cidades**. Livro do Seminário Internacional "Museus e Cidades". Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003. p. 255-282.

_____. O museu na cidade x a cidade no museu. Para uma abordagem histórica dos museus de cidade. In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.5, n.8/9, set./1984-abr./1985. p.197-205.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Revista Projeto História**, Departamento de História de Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, nº10, p. 07-28, 1993.

PADRÓS, Enrique Serra. Os desafios na produção do conhecimento histórico sob a perspectiva do Tempo Presente. In: **Anos 90**, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p. 190-223, jan./dez. 2004.

PELLEGRINI, Domingos. **A arte da transformação**. Curitiba: Sesc-PR, 2014.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 03-15. 1989.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII – XXI: do monumento aos valores**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SANT'ANNA, Márcia. A cidade- atração. Patrimônio e valorização de áreas centrais no Brasil dos anos 90. In: GUIMARAENS, C., KESSEL, C., SANTOS, A.C.M. **Livro do Seminário Internacional “Museus e Cidades”**, Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2004.

SANTOS, Márcio Tavares dos. História, memória e identidade: Como fazer um museu. In: **Autos & Baixas**, Revista da Justiça Federal do Rio Grande do Sul, v.1, n.1, 2014.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: HALL, Stuart; SILVA, Tomaz Tadeu da; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais**. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 73-102.

TOMAZ, Paulo Cesar. A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil. In: **Revista de História e Estudos Culturais**, v.7, n.2, ano 7, p.01-12, mai./jun./jul./ago.2010.

TRIGUEIROS FILHO, Marinósio; TRIGUEIROS NETO, Marinósio. **História da imprensa em Londrina: do baú do jornalista**. Londrina: UEL, 1991.

YAMAKI, Humberto. **Caráter de edificações históricas: elementos de identificação**. Londrina, Edições Humanidades, 2008.

_____. **Guia do patrimônio histórico cultural de Londrina**. Londrina: Midiograf II, 2008.

ZICMAN, Renée Barata. História Através da Imprensa – Algumas Considerações Metodológicas. In: **Revista História e Historiografia**, São Paulo, n. 4, p. 89-102, jun. 1985.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Pesquisa Aplicada — Sesc Cadeião Cultural, Londrina

DIA: ____/____/____

TURNO: _____

SEXO:

Feminino () Masculino ()

IDADE:

Infância: 0-9 anos ()

Pré-Adolescência: 10-14 anos ()

Adolescência: 15-21 anos ()

Adultos: 22-64 anos ()

Idosos: +65 anos ()

PROFISSÃO: _____

BAIRRO DE RESIDÊNCIA:

EM QUAL CIDADE/ESTADO QUE
VOCÊ NASCEU?

ESCOLARIDADE:

Fundamental Incompleto ()

Completo ()

Ensino Médio Incompleto ()

Completo ()

Superior Incompleto () Completo ()

Outros: _____

1. COM QUE REGULARIDADE VOCÊ
FREQUENTA O SESC CADEIÃO?

() Alguns dias da semana

() Algumas vezes por mês

() Esporadicamente

2. PARTICIPA DE ATIVIDADES E/OU
EVENTOS QUE O ESPAÇO PROMOVE?

Não (). Sim (). Quais?

3. CONHECE A HISTÓRIA DESSE
EDIFÍCIO?

Não (). Sim (). O que recorda?

3.1 **SE VIVENCIAU O EPISÓDIO DE 94,**
VOCÊ ERA A FAVOR OU CONTRA A
DEMOLIÇÃO NA ÉPOCA?

Favorável (). Contra ().

3.2 POR QUÊ?

4. O QUE VOCÊ MAIS GOSTA NESSE
ESPAÇO?

APÊNDICE B

Pesquisa Aplicada — Sesc Cadeiã, Área de Entorno, Londrina.

DIA: ____/____/____

TURNO: _____

SEXO:

Feminino () Masculino ()

IDADE:

Infância: 0-9 anos ()

Pré-Adolescência: 10-14 anos ()

Adolescência: 15-21 anos ()

Adultos: 22-64 anos ()

Idosos: +65 anos ()

PROFISSÃO: _____

BAIRRO DE RESIDÊNCIA: _____

**EM QUAL CIDADE/ESTADO QUE
VOCÊ NASCEU?**

ESCOLARIDADE:

Fundamental Incompleto ()

Completo ()

Ensino Médio Incompleto ()

Completo ()

Superior Incompleto () Completo ()

Outros: _____

**1. VOCÊ JÁ VISITOU O SESC
CADEIÃO CULTURAL?**

Não (). Sim (). Em que ocasião?

**2. SE SIM, PARTICIPA DE ATIVIDADES
E/OU EVENTOS QUE O ESPAÇO
PROMOVE?**

Não (). Sim (). Quais?

**3. SE SIM, O QUE TE CHAMOU MAIS
ATENÇÃO NO ESPAÇO?**

4. SE NÃO, POR QUAL MOTIVO?

() Desconhecimento

() Falta de oportunidade

() Falta de tempo () Desinteresse

Outros:

**5. SE NÃO, QUAL SUA IMPRESSÃO
SOBRE O EDIFÍCIO NA RUA SERGIPE?**

**5. CONHECE A HISTÓRIA DESSE
EDIFÍCIO?**

Não (). Sim (). O que recorda?

**5.1 SE VIVENCIOU O EPISÓDIO DE 94,
VOCÊ ERA A FAVOR OU CONTRA A
DEMOLIÇÃO NA ÉPOCA?**

Favorável (). Contra ().

5.2 POR QUÊ?

ANEXOS

ANEXO A

Folha de Londrina, 30.01.1994 — "Imprensa Sensacionalista Popular"

Velha cadeia está aberta para visitas

Antes de ser demolida, a população pode conhecer o prédio que abrigou os presos de Londrina nos últimos 40 anos

Paulo Wasth
 O prédio antigo da cadeia de Londrina, que abrigou os presos nos últimos 40 anos, está aberto para visitas. O local, que será demolido, oferece uma visão histórica da cidade e da vida dos presos.

O prédio antigo da cadeia de Londrina, que abrigou os presos nos últimos 40 anos, está aberto para visitas. O local, que será demolido, oferece uma visão histórica da cidade e da vida dos presos.

O prédio antigo da cadeia de Londrina, que abrigou os presos nos últimos 40 anos, está aberto para visitas. O local, que será demolido, oferece uma visão histórica da cidade e da vida dos presos.



O prédio antigo da cadeia de Londrina, que abrigou os presos nos últimos 40 anos, está aberto para visitas. O local, que será demolido, oferece uma visão histórica da cidade e da vida dos presos.

O prédio antigo da cadeia de Londrina, que abrigou os presos nos últimos 40 anos, está aberto para visitas. O local, que será demolido, oferece uma visão histórica da cidade e da vida dos presos.

O prédio antigo da cadeia de Londrina, que abrigou os presos nos últimos 40 anos, está aberto para visitas. O local, que será demolido, oferece uma visão histórica da cidade e da vida dos presos.



As principais fugas em massa

Em 1979, 1980, 1981, 1982, 1983, 1984, 1985, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030.

Em 1979, 1980, 1981, 1982, 1983, 1984, 1985, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030.

Em 1979, 1980, 1981, 1982, 1983, 1984, 1985, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030.

Em 1979, 1980, 1981, 1982, 1983, 1984, 1985, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030.

Em 1979, 1980, 1981, 1982, 1983, 1984, 1985, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030.

Em 1979, 1980, 1981, 1982, 1983, 1984, 1985, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030.

Rua Sergipe agora terá sossego

A Rua Sergipe, conhecida por ser uma das mais movimentadas da cidade, agora terá um sossego maior devido a obras de reforma.

As obras de reforma da Rua Sergipe começaram há alguns dias e devem durar algumas semanas.

Os moradores da Rua Sergipe estão satisfeitos com as obras e acreditam que a rua ficará mais bonita e segura.



ENTRA NESSA, BICHO.

A loja com os melhores produtos aprovados no vestibular de 1993, encontra-se no Catuai Shopping Center, que prolonga até a dia 04 de março o prazo para que o consumidor tome a decisão. Faça suas compras em alimentos para a companhia do Bicho com a forma de pagar a vista ou parcelado em até 12 vezes.

Se você é bicho ou humano, faça de sua compra uma experiência única. Venha conhecer o mundo do Catuai.

catuai Apresenta o site internet

FOLHA DE LONDRINA

Inaugurando mais uma loja, Camp-Pneus, Empresa do grupo Camp - Com, Agrícola Norte Paranaense, no último dia 22 de janeiro de 1994, Wenceslau Braz. A Empresa está acreditando no potencial da região de Wenceslau Braz-Pr.

Camp-Pneus
 Rua Papa João XXIII, 337 - Wenceslau Braz-Pr.
 Fone: (043) 822-2067